

**“FÓRUM LEGISLATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTADO”
MARÍLIA
11.10.03**

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Estamos em Marília, no Auditório da Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, 5ª Reunião Regional do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado. Tivemos ontem a quarta reunião, em Presidente Prudente. As outras aconteceram nos municípios de Santos, Registro e Araraquara.

Gostaríamos de anunciar a chegada de S. Exa., nobre Deputado Estadual Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, acompanhado do nobre Deputado Vinicius Camarinha, vice-Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa de São Paulo, sendo recebido pelo anfitrião, o prefeito Abelardo Camarinha, já no seu segundo mandato e também ex-deputado da Assembléia Legislativa de São Paulo.

Queremos anunciar a presença do Deputado estadual Roberto Felício; do Vereador Valter Luiz Cavina, Presidente da Câmara Municipal de Marília e também do Sr. Antônio Carlos Oliveira, secretário executivo do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado.

Para darmos início à apresentação deste seminário, em primeiro lugar, queremos solicitar a gentileza de todos os presentes, no interesse de todos, de desligarem os seus aparelhos celulares, e gostaríamos de convidar para a apresentação da dinâmica da reunião deste seminário o Sr. Antônio Carlos Oliveira, secretário executivo do Fórum Legislativo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Bom-dia a todos.

Vou rapidamente falar sobre o desenvolvimento do nosso trabalho. Teremos em seguida a abertura desta reunião pelo nobre deputado Sidney Beraldo, presidente da Assembléia Legislativa. Em seguida, teremos uma apresentação com o professor Gustavo

Zimmermann, da Unicamp, a respeito do IPRS, Índice Paulista de Responsabilidade Social. Depois, faremos a composição da Mesa. Após, teremos a palavra dos deputados, do prefeito, a manifestação de três representantes de segmentos produtivos da região. Em seguida, teremos uma abertura para que os presentes se manifestem.

Gostaria de falar a respeito dessa ficha aqui, que todos vocês receberam e que vocês deverão utilizar para o encaminhamento de perguntas.

As perguntas devem ser, na medida do possível, relacionadas ao tema de desenvolvimento da região. Não quer dizer que vocês não possam utilizar esta ficha para outras eventuais perguntas.

As perguntas referentes ao tema desta reunião, na medida do possível, vamos tentar respondê-las. Aquelas que não pudermos responder pela falta de tempo serão encaminhadas as respostas através das comissões da Assembléia Legislativa, e é interessante que quem tiver e-mail, por favor, coloque-o, e o endereço completo, porque teremos que encaminhar essas respostas por correio para os que não tiverem e-mail. É importante que vocês preencham o endereço completo. Aqui, por exemplo, nós não temos a cidade. Mas, é importante colocarem a cidade, o CEP etc.

Vocês receberam junto com este documento duas fichas. São dois questionários. Vamos pedir, por gentileza, que não esqueçam de preencher os dois questionários, porque são importantes para nós, porque estes serão os documentos que serão encaminhados para fazermos a avaliação e a retirada de informações para o encaminhamento dos assuntos aqui debatidos, através da Assembléia Legislativa.

Ao final dessas respostas, teremos o encerramento pelo Presidente. Isto deve ocorrer, esperamos, por volta de umas treze horas.

Gostaria de agradecer a presença dos senhores e desejar a todos um bom trabalho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –

Gostaríamos de convidar o nobre Deputado Sidney Beraldo, Exmo. Presidente da Assembléia Legislativa, para dar a explicação sobre o Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Bom-dia. Saúdo o Sr. Prefeito de Marília, Abelardo Camarinha, em nome de quem gostaria de saudar todos os prefeitos presentes; nobre deputado Vinicius Camarinha, nosso colega da Assembléia Legislativa, vice-presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, representante desta cidade e desta região; Deputado estadual Roberto Felício, nosso colega que representa o setor de educação; Vereador Valter Luiz Cavina, Presidente da Câmara Municipal de Marília, em nome de quem gostaria de cumprimentar a todos os vereadores; Sr. Antônio Carlos Oliveira, secretário-executivo do Fórum Legislativo; senhoras e senhores, representantes dos diversos segmentos sociais.

Quero agradecer a cessão deste espaço e dizer da nossa alegria de estarmos aqui hoje, em Marília, para que possamos juntos desenvolver este Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado.

Quero agradecer a presença de todos e dizer a vocês o que realmente nos levou a esta idéia de criarmos este Fórum.

Primeiro, nós entendemos que a questão de desenvolvimento econômico tem que ser cada vez mais amplamente discutida pela classe política. Isto tem que ser e fazer parte da agenda como uma prioridade. E nós verificamos que na Assembléia Legislativa, embora tenhamos 22 comissões temáticas, com os mais diversos temas, não tínhamos mais nenhuma instância que discutisse de forma centralizada e articulada com o setor produtivo a questão do desenvolvimento econômico.

Entendemos que geração de emprego e renda é o que nós mais precisamos no estado e no país.

Compreendemos também que isto depende muito do ambiente favorável que a macroeconomia possa produzir; a questão das reformas, a queda da taxa de juros, um ambiente mais favorável do ponto de vista da oferta de crédito. Mas muitas ações podem ser desenvolvidas regionalmente pelo Estado, de forma que possamos dar a nossa contribuição.

Por isso é que criamos este Fórum, que tem como presidente e dois vice-presidentes a Mesa Diretora da Casa; tem um conselho do qual fazem parte todos os presidentes e vice-presidentes das comissões temáticas. E o mais importante, ele terá um conselho deliberativo, com a presença de todos os representantes das cadeias produtivas.

Escolhemos as principais cadeias produtivas do Estado de São Paulo, e procuramos levar para esse conselho todos os representantes dessas cadeias, não só do setor empresarial, como também dos sindicatos de trabalhadores, para que possamos ter uma interação permanente, isto é importante também.

Este Fórum não será apenas um Fórum onde iremos fazer algumas reuniões, com diagnósticos, e depois, ele se encerra. Não. Será um Fórum permanente. Foi criado por lei, com aprovação por unanimidade de todos os deputados da Casa, e mesmo depois do encerramento desta gestão, este Fórum continuará.

E a idéia foi que nós deveríamos também levar em conta a questão regional. Além desta relação com as cadeias produtivas, nós fazemos reuniões regionais com a sociedade, com os representantes do setor produtivo, com os trabalhadores, com a academia, com o objetivo de nós levantarmos as vocações, os arranjos regionais, as potencialidades, verificarmos os gargalos, as dificuldades que se tem, para que juntos possamos construir uma agenda positiva e trabalharmos.

Neste Fórum, estaremos também discutindo e refletindo sobre outros dois pontos. O primeiro deles, como já foi dito: a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em parceria com o Seade, que é o IBGE de São Paulo, criamos o Índice Paulista de Responsabilidade Social, que é um IDH, que tem a base do IDH, os três pilares que são riqueza, longevidade e escolaridade, só que com outras variáveis.

Na questão da renda, em que o IDH leva em conta a renda per capita, achamos que precisávamos qualificar melhor para medirmos com mais precisão a questão da riqueza. Então isso foi dividido levando em consideração o consumo de energia elétrica per capita, o consumo de energia elétrica pelo setor primário, terciário, o valor agregado de cada município, o valor agregado da região, a renda dos trabalhadores de acordo com a RAIS, a renda dos trabalhadores em carteira assinada. Enfim, um conjunto de dados que nos dá realmente condições de medir a quantas anda a produção de riqueza dos seiscentos e quarenta e cinco municípios do Estado de São Paulo e regiões, por região.

Produzimos um livrinho região por região que leva em conta os dados da região e também dos municípios. Estaremos fazendo esta apresentação, fizemos uma parceria com dois organismos que nos ajudam nesta empreitada, que é o CEPAM, que contribui na mobilização, e o NESUR, que é o Núcleo de Estudos Sociais Urbanos e Regionais, do

instituto de economia da UNICAMP, que também nos auxilia não só na reflexão com relação ao IDH, mas especialmente na questão do desenvolvimento econômico que vocês terão oportunidade de assistir a apresentação do Prof. Zimmermann.

Também aproveitamos esta oportunidade em que, pela primeira vez, estamos fazendo uma discussão sobre a questão do PPA. O PPA é o plano plurianual de ação, que de acordo com a lei o Governo Municipal, Estadual e federal tem que encaminhar para a Assembléia Legislativa e a Assembléia Legislativa discute e aprova até o final do ano.

Acho que esse é um outro ponto que estamos avançando. Acho que avançamos com a aprovação da lei de responsabilidade fiscal e também com a exigência para que possamos cada vez mais ter a possibilidade de planejar também no serviço público, a médio e a longo prazo. No passado administrávamos muito em cima de decisões imediatas, decidindo na barriga da perna, e nem sempre isso atinge bons resultados. Precisamos dar cada vez mais eficiência aos recursos advindos dos impostos que a população paga. E hoje a população dá uma contribuição muito grande para o Estado. Mais de 36% do PIB vêm para contribuição para municípios, Estado e Federal, muito mais Federal, que fica 62%, o Estado com 23% e o município hoje com 14% e 15% dos recursos. Precisamos aplicar bem no sentido de que vá melhorar bem, no sentido de que vá melhorar a qualidade de vida das pessoas. Por isso a apresentação desse índice, que será corrigido – isso é um outro dado importante. O IDH sai a cada dez anos. É um período muito longo. Esse índice será corrigido a cada dois anos. Então é perfeitamente possível estarmos acompanhando realmente os dados econômicos e sociais de cada cidade e de cada região e a oportunidade de abriremos também... - Não temos a pretensão de fazermos uma ampla discussão sobre o PPA, porque nele estão previstos 215 programas, 215 políticas públicas que estão sendo desenvolvidas e serão desenvolvidas nos próximos quatro anos e 1.365 ações em cinco grupos ligados à questão social e à questão do desenvolvimento econômico. Neste PPA estão previstos para os próximos quatro anos investimentos de 30 bilhões de reais. Quer dizer, não é pouco. Trinta bilhões de reais que serão investidos nestes 215 programas e nessas ações. Vamos fazer uma apresentação rapidamente também disso aqui, mas todas essas informações estarão disponibilizadas no site da Assembléia, no site do próprio Governo, para que a sociedade e a população possam tomar conhecimento, e estaremos também nesta oportunidade colhendo informações sobre essa questão do PPA.

É esta a possibilidade de estarmos ao mesmo tempo analisando dados da região e conhecendo os programas e as políticas públicas com precisão, fazermos uma análise se essas políticas estão realmente indo no sentido de melhorar a riqueza e a questão da qualidade de vida das pessoas que habitam esta região.

Para encerrar, gostaria muito de pedir a colaboração de vocês. Como não é possível a todos se manifestar, procuramos criar um mecanismo que garantisse a participação de todos.

Temos aí um questionário que leva em conta a questão do desenvolvimento. Gostaríamos muito de recebermos esse questionário respondido e que também nós estamos colocando um questionário sobre a Assembléia Legislativa, a forma como estamos atuando, algumas sugestões, para que a gente vá também corrigindo os rumos da nossa atuação. Gostaria muito de contar com a contribuição de vocês na resposta deste questionário.

Muito obrigado pela presença e vamos ao trabalho. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Quero agradecer algumas presenças: Sra. Mira Beraldo, sempre que pode presente prestigiando os eventos da Assembléia Legislativa; Sr. Edvaldo Hasegawa, Prefeito do município de Paraguaçu Paulista e Presidente do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema, o CIVAP; Sr. Antonio Francelino, Prefeito do Município de Álvares de Carvalho; Sra. Ida Franzoso de Souza, Prefeita do Município de Pedrinhas Paulista; Sr. José Carlos Mira, Prefeito do Município de Júlio Mesquita; Sr. Carlos Ângelo Nóbile, Prefeito do município de Assis; Sr. Caio Camargo, Secretário Municipal da Saúde de Pompéia; Sra. Anadir Hila, Secretária Municipal do Bem-Estar Social de Marília; Sr. Hélio Beneti, Secretário Municipal da Indústria e Comércio de Marília; Sr. Júlio Paz, Secretário de Serviços Urbanos de Marília; Sr. Laerte Rojo Roceto, Secretário de Planejamento Urbano de Marília; Sr. Heleno Gual Nabão, Secretário de Agricultura de Marília; Sra. Simone Ribeiro, Chefe de Gabinete da Prefeitura de Santa Cruz do Rio Pardo, representando aqui o Prefeito Donizete Mira; Sr. Valfredo da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Álvares de Carvalho; Vereadora Izildinha Pantolfi Lima, Presidente da Câmara Municipal de Arco-Íris; o Vereador Nivaldo José Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Pedrinhas Paulista; Vereador Siney Antonio Salomão, Presidente da Câmara Municipal de Paraguaçu

Paulista; o Vereador Antonio Alves de Rezende, Presidente da Câmara Municipal de Ocaçu; Vereador Alexandre Monteiro, do Município de Júlio Mesquita; Vereador Laerte Rodella, do município de Garça; Vereador João Montezani, de Arco-Íris; Vereadora Iolanda Carvalho dos Reis, também do município de Arco-Íris; Vereador Elias Gea Leonel, de Marília; Vereador Benevenuto Francisco da Silva Filho, da Câmara Municipal de Salto Grande; Vereador Roberto Monteiro, da Câmara Municipal de Marília; Vereador Adalberto Alves de Rezende, do Município de Ocaçu; Vereador Cláudio Vergílio, de Pedrinhas Paulista; o Sr. José Ticiano Dias Tópoli, representando o Vereador Aldo Pedro Conelian, de Marília.

Convidamos agora o professor Gustavo Zimmermann, do NESUR, que é o Núcleo de Estudos Socioeconômicos e Urbanos, da Unicamp, para sua apresentação, para a apresentação do IPRS.

O SR. GUSTAVO ZIMMERMANN – Antecipadamente peço desculpas por alguma imprecisão colocada, que venha a colocar, ou algum imprevisto, e gostaria de chamar a atenção, em que pese na universidade ser professor, para que não estou me propondo a fazer uma aula, por dois motivos: primeiro dos quais é que os dados, o sistema estatístico nacional está muito prejudicado ultimamente, e apesar da discussão, do desenvolvimento não ter saído da pauta nos últimos anos no país, a discussão social sobre o desenvolvimento é muito pequena e conseqüentemente os conhecimentos de desenvolvimento, particularmente das regiões, são mais escassos.

Há um esforço, como o Presidente Sidney Beraldo ressaltou. Cada vez mais enquanto as ordens estatísticas federais têm diminuído a sua atuação, a fundação Seade tem ampliado. E é felizmente com bases nos dados da Fundação, que não são tão amplos quanto seria desejável, que a gente está baseando esta exposição.

O segundo motivo que isto aqui não é uma aula, é que eu tenho certeza que o professor não é aquele que ensina, mas também aquele que aprende com os outros. Eu tenho certeza que vamos aprender bastante hoje aqui com essa discussão.

Quero chamar a atenção que desenvolvimento não é apenas desenvolvimento econômico. O aspecto econômico do desenvolvimento exerce uma atração muito grande nas pessoas, mas ela responde por uma parte da vida, ela responde por uma...

O SR. GUSTAVO ZIMMERMANN – ...convívio, enfim a vida que nós conseguimos ter. Então, uma das grandes discussões é que até há duas décadas as questões de desenvolvimento centravam-se na geração de riqueza, quer dizer, no PIB, que era uma variável que permitia a comparação entre diversas sociedades e países. Quando a gente impõe essas medidas a gente tem que se preocupar com a largueza dela, com a aplicabilidade dela. Quer dizer, não são todos os países do mundo que têm condições de mensurar, de medir a sua geração de riqueza. A riqueza pode ser medida tanto pela renda, quanto pelo valor dos produtos e bens produzidos. Isso quer dizer que o valor do PIB é exatamente igual ao valor da renda. Obviamente para poder comparar países diferentes, países enormes, continentais e insulares, era necessária a medida pela renda “per capita”. A renda “per capita” é média e a estatística é uma coisa fantástica. Ela mostra muita coisa, mas é como um biquíni, esconde os essenciais. Uma pessoa que esteja com a cabeça numa fogueira e com o pé no freezer está morta por duas razões: o pé congela, gangrena, etc e, por outro lado, a cabeça cozinha. Na média a temperatura estará ótima. Então, é isso que se esconde e, por isso, as Nações Unidas desenvolveram o IDH e o IDH é uma medida que inclui a dimensão; considera a riqueza que logicamente é uma das dimensões do desenvolvimento, e também a longevidade caracterizada como a esperança média de vida. Como, na realidade, o desenvolvimento deve ser feito a favor da vida, quanto maior seja essa vida, maior o índice de desenvolvimento dessa sociedade.

De certa forma, a longevidade retrata a situação presente e a escolaridade, o potencial futuro de geração de riquezas, etc... de preparo para a vida econômica.

Esses dados, por serem gerais e serem levantados em todos os países, são captados nos censos nacionais. Então, eles são dados decenais e eles, como instrumentos de planejamento, são válidos, porém são a fotografia a mais nítida possível do passado. Quando a gente usa isso para planejamento parece que vamos planejar onde chegar olhando no retrovisor do carro. Estamos olhando o passado. A gente não tem como interagir. A Assembléia Legislativa já há algum tempo encomendou à Fundação SEADE a elaboração de um índice que pudesse ser captado com maior periodicidade e o Índice Paulista de Responsabilidade Social utiliza-se das mesmas dimensões hoje consagradas internacionalmente, que é para que a gente tenha uma referência internacional do que

estamos medindo. Mas ao medir a riqueza, ela se preocupa com a renda, não apenas a riqueza gerada, mas olha para a renda pelo lado do consumo. Os indicadores de utilização de energia elétrica são ótimos indicadores e quando captados nas casas, nas residências das pessoas são ótimos indicadores de renda, porque dá o nível de eletrodomésticos, enfim o tamanho da casa pelo número de lâmpadas... tenho uma filha arquiteta que fala que a casa daquele sujeito é muito boa porque tem 120 lâmpadas. Arquiteto conta o tamanho da casa pelo número de lâmpadas. É uma coisa impressionante e dá o padrão de vida.

A segunda coisa é a energia elétrica consumida na agricultura, no comércio, nos serviços; são indicadores da renda desses outros setores. Temos obviamente também o valor adicionado pela produção do local. A longevidade trata da mortalidade, quer dizer, a gente desconta quantos nasceram no dia, morreram no período e calcula, a partir daí, a esperança média de vida. A escolaridade é medida pelos índices de alfabetização, pelos estoques.

Ainda um passo avante foi dado no Índice Paulista de Responsabilidade Social porque à Assembléia Legislativa interessava saber não apenas a distribuição do desenvolvimento mais amíúde para servir, de fato, de um instrumento de melhor planejamento.

Aquela última coluna mostra as variáveis de esforço. Então, a primeira variável de riqueza é o valor adicionado fiscal. É aqui que as pessoas, que os prefeitos, tentam implementar a produtividade, a eficiência de seus aparelhos produtivos, atrair empresas, atrair empreendimentos, etc.

Essa é uma variável da riqueza, aliás a principal passível da ação local na longevidade, a nati-mortalidade, que mistura um pouco a mortalidade infantil e mortalidade perinatal, que é aquela das crianças que nascem mortas ou que sobrevivem em menos de uma semana de vida. Por quê? Porque estatisticamente a correlação dessas mortes está relacionada à infra-estrutura urbana, às condições externas da gestação. Então, aí também existe uma variável que as prefeituras, os prefeitos, etc... podem mexer.

Por último, na escolaridade há o grau de cobertura das matrículas da rede pública municipal. Obviamente cada uma dessas dimensões tem pesos diferentes, porque é natural que elas tenham importância diferenciada, mas esse é o completo índice.

No Estado de São Paulo, como pudemos ver ali, as três dimensões do IPRS, riqueza, longevidade e a escolaridade, foram medidas e estão destacadas nos anos de 1992, 1997 e 2000. Notem que há um crescimento da riqueza no Estado de São Paulo de 1992 para 1997, que é o período de expansão pós-estabilidade da moeda, etc., e uma permanência no mesmo patamar de riquezas em 2000. Isso reflete a crise da qual ainda não conseguimos sair. Quer dizer, o Estado manter o mesmo estágio, o mesmo patamar de riqueza pode ser considerado um avanço.

A longevidade entre 1992 a 2000 mostra claramente que as condições de vida, de saúde da população melhoraram.

Somente um parêntese, pela primeira vez o censo brasileiro captou as doenças, as deficiências das pessoas que não conseguem viver, quer dizer, a idade que as pessoas têm quando começam a conviver com dificuldades de andar, de ouvir ou de se locomover, ou de olhar. Internacionalmente são captadas.

O interessante é que a população brasileira vive menos que a americana, porém a brasileira perde funções essenciais de saúde com maior idade. Esse é um novo indicador, só que também é decenal de qualidade de vida e de nível de desenvolvimento. Não interessa ter toda a riqueza e você já com 50 anos ficar aleijado, cego ou com outra deficiência qualquer.

Na realidade, a grande estrela do desenvolvimento paulista nesse período foi a escolaridade. Temos hoje uma cobertura de 87% da população em idade escolar freqüentando escolas no Estado de São Paulo.

Aqui são as três dimensões: a riqueza, onde se espalha... aqui está a média da riqueza do Estado de São Paulo e aí, exceto a região metropolitana, todas as outras estão abaixo da média de riqueza. Quer dizer, há uma concentração muito grande de riqueza na região metropolitana de São Paulo.

Marília ocupa a terceira posição do grupo de renda mais baixa. O próximo quadro nos dá a longevidade e aí vemos que a qualidade de vida do Estado é mais bem distribuída do que a riqueza. Aliás, o consumo é mais bem distribuído, que é a produção. Esse é o dado a se destacar. Aí a região de Marília encontra-se acima da média do Estado, ou seja, os marilienses vivem mais do que a média dos paulistas.

O próximo quadro é sobre a escolaridade. Aqui vemos de novo que estamos mais afastados acima da média paulista e temos uma posição confortável; basicamente quando temos os três patamares de escolaridade e Marília está no segundo patamar, dois superiores ao da média paulista.

O IPRS é medido, juntam-se as três variáveis e há uma classificação que considera municípios desenvolvidos em termos econômicos, em termos de saúde, quer dizer, tem um desenvolvimento saudável e educativo, com grande esforço de saber; 62% do Estado vive em municípios com alto desenvolvimento de riqueza, de salubridade e de escolaridade. Na faixa inferior, ou seja, no grupo cinco, temos 5,5% da população paulista que tem todos os seus indicadores abaixo do desejável.

Aí temos uma distribuição no mapa do Estado de São Paulo com as seguintes cores: a cor branca mostra o índice de maior desenvolvimento, a marrom o de nível mais baixo. Vemos ali que a região de Marília mescla as três cores ou mesclou as três cores no ano de 2000. Os dados da região de Marília é que dão o índice de riqueza diminuiu em relação ao nível anterior, o de 1997.

Então, de novo chamo a atenção para a crise e não apenas para a crise. O Estado de São Paulo para manter a renda, em que pese ter diminuído o nível de atividade industrial, é porque se expandiram no Estado os setores de comércio e de serviços.

A nossa região de Marília tem um grande componente, ou seja, uma grande parte da sua riqueza está assentada na agropecuária. Numa fase de transição, e acho que é a composição dessas duas, enfim esses dois fatos é que explicam a pequena queda do nível de riqueza da região. No entanto, em termos de longevidade, continuamos mantendo e isso quer dizer que foi ampliada a rede de tratamento de esgotos, a rede de assistência médica. Isso tudo é a síntese do Brasil.

Eu me lembro, quando era criança, e não tão criança, mas ainda universitário, e minha avó viva, que ela dizia quando havia aquelas discussões políticas na mesa: “Mas é claro que o Brasil está melhorando! As pessoas estão maiores!” É óbvio: se estão maiores, se vivem mais podem estar mais pobres. Essa é uma dimensão da economia. Então, Dona Gertrudes era sábia nisso.

Agora, em termos de escolaridade, a região deu um salto fantástico, ou seja, o potencial que estamos legando para a próxima geração tem uma poupança enorme nesses índices de escolaridade.

Mas chamam a minha atenção quanto a esse índice da riqueza dois aspectos os quais não disse: quando a gente olha o IDH, que é uma dimensão internacional, vemos que na década de 80 Marília tinha apenas um município, com um IDH, com um desenvolvimento alto, ou seja, a Cidade de Cruzália recebeu a pontuação internacional, pelos mesmos critérios internacionais, de cidade de alto desenvolvimento econômico.

Na década de 90, pelo IDH, sete municípios da região de Marília passaram a ter alto desenvolvimento e, curiosamente, Cruzália caiu um por cento, mas ficou abaixo do padrão mínimo de alto desenvolvimento internacional. Ou seja, dentro da região de Marília temos situações distintas. Como o IPRS trata da renda pelo consumo, como ele trata da longevidade por vários índices de mortalidade e não apenas a mortalidade infantil, temos apenas Pedrinhas Paulista como um município de alto desenvolvimento, o que não quer dizer que as outras cidades estejam mal. Marília, pelos padrões internacionais, é uma cidade de alto desenvolvimento; Pompéia é uma cidade de alto desenvolvimento. De cabeça, Tupã tem alto desenvolvimento. Temos sete cidades. Na década perdida, no meio da crise, emplacamos sete cidades de padrão de desenvolvimento elevado em termos internacionais.

Quero chamar a atenção para esse grupo cinco, onde temos 10 municípios, e é exatamente o mesmo nível do Estado de São Paulo. Vinte por cento dos municípios paulistas têm nível baixo de desenvolvimento, o menor possível e medido. A nossa região está exatamente no mesmo padrão do Estado de São Paulo em relação aos municípios pobres.

Essa diferenciação que eu falei dentro da região de Marília se reproduz no Estado. Ali estão as três regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, que congregam 58% da população e 63% da produção total. Se agregarmos a isso o espaço entre a região metropolitana de Campinas e a região metropolitana de São Paulo e mais Sorocaba e seu entorno e São José dos Campos e seu entorno vamos ter 70% da população do Estado e 80% do PIB paulista.

O que isso quer dizer? Quer dizer que temos o restante do Estado sendo o esteio agrícola do Estado e toda a região. Não existe país agrícola desenvolvido no mundo. Todo

país que é desenvolvido o é pela indústria, mas todo país desenvolvido que tem indústria tem uma agropecuária forte, que é exatamente o caso do Estado de São Paulo.

Nesses 20% restantes temos 18% da população aproximadamente, ou seja, temos um equilíbrio geral entre a geração de riqueza e a produção agropecuária.

Aqui há um gráfico que mostra, que reproduz um pouco mais em detalhe aquela grande concentração de riqueza nas regiões metropolitanas de São Paulo. Aí está apresentada a concentração das empresas de elevado nível tecnológico.

Ao se juntar o Município de São Paulo com a região metropolitana de São Paulo temos 53% das indústrias de alta tecnologia concentradas ali. Depois, a segunda região é a região de Campinas. Ou seja, a indústria de alta tecnologia está extremamente concentrada na região que concentra o PIB industrial paulista, que é a região com uma infra-estrutura econômica urbana mais desenvolvida. Este não é um padrão brasileiro ou paulista, mas um padrão internacional.

Só para não entrar em tecnicidades, a Califórnia é um estado tão rico que se fosse separado dos Estados Unidos, seria o oitavo país do mundo.

Na Califórnia, vocês já ouviram falar do Vale do Silício. Ou seja, no interior do Brasil, estamos olhando, e sabemos que tem uma concentração brutal das indústrias de tecnologia intensiva no Vale do Silício; é a mesma reprodução.

Isso se dá por fatores vocacionais determinados pelo padrão industrial, pelo modo de produção dessas empresas. Isto quer dizer que ficamos negociando, ao ostentarmos por impostos, isenções e etc... Se for viável, tem um custo elevadíssimo. Não podemos pôr a indústria de alta tecnologia no meio do mato. No meio do mato quer dizer o seguinte: sem infra-estrutura. Na realidade, eu estava pensando na Zona Franca de Manaus. Parece que aquilo tem massa crítica de cientistas do lado, etc. Não é isso. A hora que acabar, acaba. A hora em que acabar o incentivo, acaba aquela região.

Mas outra característica dos países desenvolvidos é ter uma agricultura em expansão. E ela normalmente se centra em poucos produtos em que ela, pelo conhecimento, pelos institutos de pesquisas, pelo empreendedorismo rural etc., consegue uma produtividade, uma rentabilidade superior à média. É o caso do Estado de São Paulo.

Agora, são só estas culturas que são fundamentais? Não. Em todos os países desenvolvidos, as regiões agrícolas mais desenvolvidas são especializadas e têm nichos de

pequena produção, nichos de mercado de alto valor agregado, que é exatamente o que está acontecendo na região oeste do Estado de São Paulo.

Aqui, a erradicação do café resultou numa pluralidade de atividades pequenas, são os seringais, a soja, as frutas, as mudas. Temos soja, não temos só amendoim, que era também mais tradicional etc. Temos uma variedade de produtos. A região de Marília é uma das mais importantes produtoras do País de leite “B”. Quer dizer, este é um modelo de desenvolvimento.

Estou chamando atenção a isso porque isso é desenvolvimento, não é só a renda. Aliás, foi perguntado a mim por uma repórter exatamente isso, se estávamos empobrecendo. E eu respondi o seguinte: “Calma, a coisa não é assim”.

Aqui é aquela mesma discussão dos nichos de produção. E aqui vemos espalhados pelo Estado de São Paulo os inúmeros arranjos produtivos locais, ou seja, concentrações significativas de indústria.

Esses estudos de concentração industrial levam a resultados, dependendo dos objetivos que se queira alcançar. Esse estudo, por exemplo, mostra as concentrações, os principais ramos, com o seguinte critério: pegou os vinte maiores ramos industriais no Brasil; e aí trouxe. Nos quais, obviamente, vocês podem constatar que não tem alimentos. Marília tem uma concentração de metais, de pequenas e médias indústrias em metais. Aliás, é a quarta do Brasil, por outros critérios que não esses.

O SEBRAE também faz uma pesquisa que usa outro critério, pegando todas as indústrias com mais de três mil estabelecimentos no Brasil. E aí é um leque muito mais aberto do que este. Aqui, que pegamos os vinte setores mais fortes no País, temos Assis, Garça, Marília, Ourinhos, Palmital, Pompéia e Santa Cruz do Rio Pardo.

No estudo do SEBRAE, entram outros centros que concentram outros arranjos produtivos locais.

Marília abriga quatro arranjos produtos locais, ou seja, entre as cem maiores concentrações de pequenas e médias indústrias no País, Marília concentra quatro. É a maior concentração do oeste do Estado de São Paulo em números de arranjos produtivos locais. Eu não tenho certeza, Bauru talvez esteja equivalente. Mas em termos de Araçatuba, São José do Rio Preto etc., Marília tem um peso muito grande.

O Estado de São Paulo, com esta especialização industrial, com a concentração da indústria de alta tecnologia, São Paulo hoje é o estado líder na América Latina.

A concepção do PPA é de aumentar a produtividade sistêmica da economia. Temos uma produtividade capitaneada pelo empresário particular, privado, etc., mas não existe produtividade que resista à ausência de estrada, à ausência de um sistema de telecomunicações, a um sistema de comunicação, à interligação dos mercados, a um sistema de transporte eficiente e barato, ou seja, a produtividade é de um espaço econômico. Uma pesquisa recente do ano próximo passado de um organismo internacional mostra os territórios mais produtivos do mundo, com mais elevada produtividade, e o Estado de São Paulo é o décimo terceiro no mundo. Porém, tem outra coisa interessante: a produtividade do Governo é baixa, do estado, mesmo do Estado de São Paulo é baixa. A produtividade privada é superior. O PPA obedece isso e para isso ele traça cinco linhas estratégicas, 215 programas, como o nobre Deputado Sidney Beraldo ressaltou, e mil e trezentos programas.

Vejam, gestão pública tem 56 programas, ou seja, o PPA é claramente voltado para o aumento da produtividade sistêmica.

Temos vários programas de modernização administrativa de simplificação do Governo do Estado. E três outras linhas: desenvolvimento regional, infra-estrutura e desenvolvimento econômico, que congregam aproximadamente setenta programas, e desenvolvimento social, que congrega oitenta e sete programas.

O PPA para a região de Marília traçou, detectou, ou diagnosticou as seguintes potencialidades e necessidades. Um estímulo aos seus setores agropecuários, através de assistência técnica, ou seja, uma busca do aumento da eficiência e da eficácia da produtividade dos setores agropecuários, aproveitamento do potencial de vários municípios turísticos, o reforço do papel de Marília como um centro educacional. Aliás, no PPA, está prevista especificamente para Marília a expansão do número de vagas da Universidade, na formação de médicos na formação de pós-graduação em medicina e no aumento e reforço da residência médica na região. Ou seja, esse desejo de reforçar o papel como sendo o terceiro centro da saúde do Estado de São Paulo, está perfeitamente previsto no PPA. Aliás, vamos passar para algumas ações, obviamente que não vamos falar das 215 ações.

Na agropecuária e no agronegócio, estão previstas instalações de galpões de geração de incubadoras de empresas de agronegócio, a consolidação dos pólos regionais de desenvolvimento tecnológico...

O SR. GUSTAVO ZIMMERMANN – ...40 mil financiamentos para a agricultura familiar. Recuperação de 300 mil km de estradas vicinais, que estão registradas aqui, pelas quais a produção sai da fazenda e chega aos mercados consumidores.

Para a indústria também está prevista uma articulação e implantação de 16 agências regionais de desenvolvimento. Sobre os arranjos produtivos locais, não só o Estado está atuando, como também o SEBRAE, a FIESP, o IPT, e isso é uma das coisas sobre as quais o Estado de São Paulo está focado.

No turismo será feito um plano diretor para equacionar essa coisa. Existem hoje alguns municípios, ditos de vocação turística, que não recebem turista. Há municípios claramente turísticos que não recebem a denominação de estância turística. Isso está sendo equacionado.

Na parte de ciência e tecnologia, é o reforço dos centros de pesquisas paulistas.

Na educação também, principalmente através da descentralização do ensino das FATEC. No caso de Marília, há expansão do ensino superior e todos os níveis de graduação, pós-graduação e residência na Faculdade de Medicina daqui.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Convidamos o nobre Deputado estadual Roberto Felício, membro da Comissão de Administração Pública da Assembléia Legislativa; Vereador Valter Luiz Cavina, Presidente da Câmara municipal de Marília; Deputado Vinicius Camarinha, o deputado mais jovem desta legislatura, vice-Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle; Secretário-Executivo do FLDES, nosso amigo Antonio Carlos Oliveira.

Passamos a palavra ao nobre Deputado Roberto Felício.

O SR. ROBERTO FELÍCIO – PT – Bom-dia, senhoras e senhores, Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa; prefeito Abelardo Camarinha,

através do qual quero cumprimentar os demais prefeitos da região aqui presentes; vereador Valter Luiz Cavina, presidente da Câmara, através do qual estendo aos demais vereadores das cidades vizinhas os nossos cumprimentos; colega Vinicius Camarinha, com quem tenho o prazer hoje de desfrutar do convívio, pois estou também no meu primeiro mandato. Através das autoridades presentes aqui, estendo os meus cumprimentos aos demais representantes das organizações governamentais e também das não governamentais. Temos conhecimento da presença de ONGs, da sociedade civil não só de Marília, mas das cidades do entorno.

Quero falar da minha satisfação e da minha alegria em estar novamente na cidade de Marília. Nossa participação aqui se deve ao fato, em primeiro lugar, de este evento ser mesmo da Assembléia Legislativa e de iniciativa da nossa Mesa, do Presidente da Assembléia, Deputado Sidney Beraldo, e também do 1º Secretário, Deputado Emídio de Souza, do 2º Secretário, Deputado Caldini Crespo, enfim, uma iniciativa da Assembléia Legislativa. Como parlamentar, eu queria mesmo estar presente neste evento importante.

Nosso objetivo aqui é anotar. Os senhores terão a oportunidade de falar, de expor, no decorrer do nosso debate, que estaremos anotando tudo. A minha intenção é também fazer as anotações para que, através da ação que se desenvolverá depois destes eventos que estamos realizando no Estado de São Paulo, possamos ter uma melhor definição do PPA – Plano Plurianual –, que é um projeto que se estende para os próximos anos. É o que vai definir a política de desenvolvimento para o Estado de São Paulo nesse período.

Queria estar presente também porque eu me caracterizo por ser um deputado não precisamente de uma base eleitoral. Sobretudo, por ter sido Presidente do Sindicato dos Professores, tive uma base bastante estadualizada. Eu era da região, não muito longe daqui, que eu prefiro hoje chamar de eixo da Colônia João Ribeiro de Barros. Antigamente, chamava-se Alta Paulista, mas hoje talvez essa localização como Alta Paulista seja uma imprecisão, dado o que aconteceu, o que nos levava a chamar de Alta Paulista, que era a existência de uma estrada de ferro. Talvez um pouco pelo meu bairrismo, já que João Ribeiro de Barros era um personagem lá da minha cidade de Jaú. Estudei em Bauru, fiz Universidade em Bauru e me desloquei posteriormente para São Paulo, e agora Piracicaba, porque sou casado com uma piracicabana.

Eu queria estar nesta região, porque tive uma importante votação, embora essa não seja a razão principal. Tive votos espalhados em 538 municípios do Estado de São Paulo. Diferente da maioria dos nossos deputados – isso não é uma vantagem, apenas uma característica – que têm base mais regional, uma votação importante no município, como é o caso, aliás, do nosso colega Vinicius, que tem uma base bastante localizada em Marília e entorno.

Parabéns por vocês terem vindo. É importante que, no momento em que for aberta a palavra, vocês possam mesmo expressar as suas opiniões, tentarmos todos localizar quais são os problemas que afetam o desenvolvimento da nossa região, para depois transformamos isso em ação, em Projeto de lei, removendo os empecilhos ao desenvolvimento da região, para que ela seja mais desenvolvida ainda.

Vivemos numa importante região do Estado de São Paulo. Chama a atenção o que o expositor apresentava, o fato de que tivemos uma ligeira queda no nível de riqueza da região. Em contrapartida, tivemos regiões do Estado de São Paulo que tiveram o crescimento da riqueza.

Sei que é bastante difícil detectar os problemas que podem ter levado a essa situação. Mas há alguns indicadores importantes. Não sendo técnico analista, mas do mundo da política, posso analisar um fenômeno, porque a circunstância me levou a viajar muito pelo Estado de São Paulo. Conheço quase todas as SP. Denomino quase todas as rodovias pelo seu nome, porque, durante 25 anos à frente do Sindicato dos Professores, a circunstância me colocou na estrada. Essa Comandante João Ribeiro de Barros aqui eu conheço quase que totalmente. Posso adiantar para vocês que conheço poucos lugares do Estado de São Paulo em que uma rodovia, que une duas cidades importantes do porte de Bauru e Marília, ainda não tenha sido duplicada.

Não estou querendo apontar isso como talvez um fator que levou a essa perda da riqueza, ainda que num patamar de apenas um por cento, e ainda que tenhamos constatado o alto índice de desenvolvimento humano. É interessante porque a região prova que ela fez o seu esforço. Mesmo tendo perda de um ponto naquele índice de riqueza, mesmo assim apresenta um alto índice do desenvolvimento da escolaridade, e isso, evidentemente, precisa ser pensado à luz da qualidade. Não basta colocarmos só as crianças dentro das escolas. É preciso ver que qualidade de educação estamos oferecendo hoje para as crianças e jovens.

Mas isso mostra que houve um esforço também por parte da comunidade local, apesar, insisto, da perda de riqueza.

Quando eu me referi à estrada, quero dizer a vocês que não estava fazendo um trocadilho ou uma frase de efeito para conquistar eventualmente a simpatia e aplauso de vocês, não. Isso que eu falei é verdade. Primeiro, duplicamos quase todos os eixos da região que fica acima do Ro Tietê. Fica à margem direita do rio. Aquelas rodovias foram todas duplicadas.

Depois, começamos até a duplicar algumas transversais, algumas rodovias não radiais, que se dirigem à Capital. O trecho dessa rodovia entre Bauru e Jaú já foi duplicado. E precisa ser, porque Jaú e Bauru são duas cidades de grande porte. Mas, de fato, na minha opinião, é incompreensível que isso não tenha acontecido. Com certeza vocês – prefeitos, vereadores, membros da sociedade – vão colocar, talvez, a aceleração da obra e término da obra de duplicação como uma das mais necessárias para a região.

Mas eu citei isso apenas para dar um exemplo. Vocês, conhecedores que são dos episódios econômicos, dos eventos econômicos da região, vão saber apontar para nós. A nós aqui cabe mais até ouvir o que vocês têm a dizer, para anotarmos e transformar em Projeto de lei, em ação política.

Agradeço a atenção de vocês. Mais uma vez manifesto a minha enorme satisfação em poder visitar essa região, que já conhecia bastante. Conheço quase todos os municípios aqui do eixo da Comandante João Ribeiro de Barros.

Deixo aqui o meu abraço e coloco-me inteiramente à disposição dos senhores no meu mandato na Assembléia Legislativa. Um forte abraço a todos. Obrigado.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Muito obrigado pelas palavras, Deputado Roberto Felício.

Lembramos mais uma vez que todos não se esqueçam de responder a dois questionários. Esse questionário que será levado para a Assembléia Legislativa, e o questionário com as formulações das perguntas.

Convidamos o engenheiro Paulo Roberto Boechat, Diretor do CIESP de Marília, para fazer uso da palavra.

O SR. PAULO ROBERTO BOECHAT – Bom-dia a todos, autoridades presentes, deputados, prefeitos, vereadores e pessoas ligadas à política do Estado de São Paulo. Primeiramente, agradeço aos deputados organizadores do evento, pelo convite para falar em nome do sistema FIESP/CIESP, o que é uma honra.

Gostaria, antes de iniciar a minha fala, de deixar bem claro que o nosso órgão, a nossa associação, a nossa entidade, não é uma entidade com fins políticos, o que muita gente imagina, mas sim uma entidade de pressão para favorecer e incrementar o setor produtivo do nosso Estado de São Paulo.

O nosso conceito básico da indústria é que, se um dia nós nos depararmos com a esterilidade da terra, a vida vai deixar de existir. E se nós um dia formos o setor produtivo a reduzir o seu potencial ao volume mínimo, vocês podem ter certeza de que a organização da sociedade, a estrutura da sociedade, vai realmente deixar de existir. Então, o setor primário, o setor produtivo, é um setor que deve ser visto com muito carinho e respeito, com muita objetividade e técnica pelo meio político no nosso Estado de São Paulo.

O Deputado Sidney Beraldo fez um discurso extraordinário, foi muito claro, assim como o Deputado Roberto Felício que falou das carências da nossa região. Então, eu estarei apenas repetindo. Mas eu gostaria de reforçar alguns pedidos, algumas visões, alguns conceitos que hoje para nós, dentro do sistema FIESP/CIESP, na nossa região, são muito claros.

Nós aqui padecemos realmente pela infra-estrutura de extrema precariedade. Nós precisamos lutar para que a Alta Paulista – essa estrada de ferro que nós tínhamos nos idos dos anos 50, que era um exemplo nacional, e que hoje, no Séc. XXI, é uma decadência mundial – seja reativada para que, pelo menos, a nossa linha da fome volte a se comunicar. Ou seja, os alunos, os profissionais de alto gabarito, de Panorama, consigam trabalhar numa empresa de tecnologia média ou alta tecnologia, seja em Marília, seja em Garça, seja em Pompéia.

A revitalização da ferrovia da Alta Paulista é de extrema necessidade. Precisamos fazer uma pressão forte para que a nossa região se comunique. Às vezes brincamos no nosso meio – precisamos fazer metrô aéreo da linha da fome. É duro falar em linha da fome, mas é preciso entender que nós vivemos, habitamos uma região que não tem o

privilégio da região metropolitana, seja de Campinas, de Ribeirão Preto, São José dos Campos. Estamos instalados aqui e devemos transformar ainda mais o que vem, a duras penas, sendo transformado.

Além da ferrovia, temos o caso das rodovias, que eu entendo que é bastante claro para os senhores – a SP-294, a extensão da Castelo Branco, a duplicação da BR-153, que, apesar de ser uma ferrovia federal, entendemos que o Governo do Estado de São Paulo tem moral para solicitar junto ao Governo Federal a transformação dessa rodovia, que é eixo de integração entre Ourinhos e Lins, passando por Marília e todas essas nossas cidades

Na questão da hidrovía, o Estado de São Paulo gastou fortunas para instalar a infraestrutura que hoje temos. Se nós já gastamos tanto dinheiro, poderíamos estar com pouco mais de investimento, talvez investimento melhor, para que conseguíssemos fomentar o transporte intermodal, unindo a ferrovia com a rodovia e hidrovía. Mas ainda sobra uma coisa importante, sabemos que existe um projeto do aeroporto de Marília. Eu tive inclusive a oportunidade de estar hoje com o Secretário Dario, antigo assessor do governo passado.

Entendemos que Bauru tem o aeroporto internacional, mas de Marília, por estar perto de outras cidades e da região que vai até Panorama, deveríamos modernizá-la, a fim de garantirmos o escoamento rápido, que é de extrema necessidade para a nossa região.

Com base no ensino tecnológico – vemos aqui a apresentação da nossa Univem –, vemos que as nossas universidades têm evoluído bastante. Mas ainda acredito que é realmente um sonho trazer para a nossa empresas um alto agregado tecnológico. Para trazermos para a nossa região empresas com alto agregado tecnológico, precisamos ter um suporte de formação de técnicos de nível superior.

Sabemos que os senhores já cederam para Garça uma FATEC, que entendo que é um curso de extrema importância. Deixo aqui um desafio para a nossa Univem e para a nossa Unimar: que tentem implantar um curso superior de mecatrônica, porque hoje as empresas necessitam muito dessa modalidade de ensino, tendo em vista a quantidade de máquinas automáticas que ocupam o mercado industrial de qualquer região hoje. As máquinas precisam ser automáticas porque senão não temos produtividade.

A questão das empresas tecnológicas. Como vamos trazê-las?

Em primeiro, temos o ensino tecnológico, que pode ser alavancado com a interferência das universidades. E como vamos trazer as empresas de base tecnológica para

a nossa região? Não queremos trazer aqui fábrica de avião; gostaríamos muito, mas acho que é um pouco cedo, apesar de Gavião Peixoto ter tido um grande sucesso. Entendo que precisamos de uma política de instalação de distritos industriais de boa infra-estrutura nas cidades no eixo da Alta Paulista.

Acho que essa política deveria ser pensada com bastante profundidade. Estamos representados por deputados que estão nos prometendo uma alavancagem nessa situação, e entendemos que a política dos distritos industriais é extremamente importante.

Como já recebi aviso que o meu tempo está esgotado, gostaria de lembrar mais uma coisa sobre a questão da reforma tributária.

A reforma tributária é necessária para diminuirmos a informalidade e aumentarmos a formalidade da empresa. E, com isso, transferirmos essa parcela de impostos para o bolso do trabalhador que vai estar comprando mais, que vai estar alavancando mais a nossa economia. E isso é uma necessidade.

Gostaria que os senhores, como um todo, dessem uma atenção bastante grande para a reforma tributária, e a questão da burocracia das empresas e dos profissionais liberais estar se formalizando sem muita dificuldade.

Mais uma vez agradeço o tempo curto destinado ao sistema FIESP/CIESP. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Nós é que agradecemos a sua participação.

Gostaríamos de lembrar, mais uma vez, que as participações são limitadas em cinco minutos. Acho que o Toninho já deve ter lembrado.

Convidamos, neste momento, o jovem Deputado Vinicius Camarinha, vice-Presidente da Comissão de Fiscalização de Controle da Assembléia Legislativa de São Paulo.

O SR. VINICIUS CAMARINHA – PSB – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar o Prefeito Camarinha, na pessoa de quem cumprimento todos os prefeitos da nossa região. Quero cumprimentar o nosso Presidente da Assembléia, Deputado Sidney Beraldo, cumprimentar o nosso amigo Roberto Felício. Recebi o

telefonema do Deputado Edson Aparecido, que disse da sua impossibilidade de estar aqui, mas que também traz aqui o seu abraço. Quero cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal de Marília, Walter Cavina, na pessoa também de quem cumprimento todos os vereadores de Marília, Roberto Monteiro, e os vereadores da região aqui presentes. Quero cumprimentar os secretários municipais que aqui vieram, Hélio Benetti, da Indústria e Comércio, Rosani, da Educação, Nadir Lira, do Bem-Estar Social, Eleno, da Agricultura, e todas as delegadas e delegados regionais aqui presentes. Quero saudar os estudantes do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina e os da Faculdade de Enfermagem que aqui também vieram.

Fico feliz de poder estar aqui hoje. Quero agradecer à Univem. Eu estive hoje na nossa querida Univem – eu que estudei e me formei nessa faculdade – que abre as portas da sua estrutura para receber hoje o Fórum Legislativo para toda a sociedade. Agradeço à Faculdade Univem pelo carinho e por ter recepcionado este Fórum.

Quero cumprimentar e parabenizar o nosso Presidente Sidney Beraldo, a Assembléia que dá esse passo fantástico em levar a discussão para todas as regiões administrativas do Estado. Marília tem hoje a oportunidade de falar para a Assembléia Legislativa, de colocar as prioridades, as demandas, receber sugestões. A Assembléia Legislativa dá esse exemplo brilhante nessa atitude brilhante do nosso Presidente de estender esse Fórum Legislativo para todo o interior, para as regiões industrializadas e agrícolas, regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas. Acho isso importante, porque nós, que somos deputados do interior, às vezes temos dificuldade de levar para a Assembléia todas as prioridades, as nossas necessidades regionais, e de sensibilizarmos o Parlamento paulista.

Esta é uma grande oportunidade de a sociedade civil organizada, as ONGs, as entidades políticas e de todos nós participarmos de perto das necessidades e das demandas que temos da nossa região.

Gostaria de colaborar com o Prof. Zilberman e com o IPRS. Hoje, professor, Marília é conhecida como a capital nacional do alimento. Temos aqui mais de cem indústrias do ramo do segmento alimentício. Temos alguns dados importantes. As indústrias dos biscoitos Marilan, Nestlé, Adori, são voltadas ao segmento da alimentação

que proporcionam dados importantes. Dentre eles, mais de 30 mil toneladas por mês produzidos, mais 70 milhões de embalagens/mês, mais de 30 embalagens de alimentos produzidos em Brasília são abertos a cada segundo. Isso gera mais de sete mil empregos diretos na cidade de Marília, e, também, outras pessoas de outros municípios vêm trabalhar aqui.

São dados importantes. Gostaria de colaborar com o IPRS. Hoje, Marília é reconhecida nacionalmente como a capital nacional do alimento. Há décadas, tínhamos a fama de corredor da fome; hoje a nossa cidade, conseqüentemente a nossa região, é conhecida como a capital nacional do alimento. É um orgulho para todos nós marilienses que apoiamos e acreditamos nesta cidade e na nossa região.

Sr. Presidente, gostaria também de, no sentido de colaborar, debatermos isto na Assembléia, de expor algumas prioridades da nossa região. Essas prioridades já estão sendo encaminhadas na Assembléia, através de emendas na LDO, emendas do PPA e projetos de lei.

Para contemplar os estudantes de medicina e os estudantes de enfermagem gostaria de falar das nossas prioridades na área da saúde.

Temos hoje um hospital base, Deputado Roberto Felício, que é o nosso Hospital das Clínicas, temos uma Faculdade de Medicina, que é a Fanema, juntamente com a Faculdade de Enfermagem, que é uma faculdade estadualizada, e um Hospital de Clínicas Estadual base, que atende mais de 40 municípios da nossa região – pronto-socorro, leito, operação e operações mais sofisticadas, são todos socorridos em nossos hospitais. E temos, hoje, uma demanda, uma prioridade muito grande na questão da Faculdade de Medicina e na Faculdade de Enfermagem.

Essas duas faculdades já são estadualizadas e vinculadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia. O Hospital de Clínicas, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem são hoje vinculadas à Secretaria Estadual de Ciências e Tecnologia. E queremos hoje que a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem sejam vinculadas, ou sejam encampadas a uma universidade pública – Unesp, Unicamp ou USP. As conseqüências serão benéficas. Vale destacar que a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem são excelências em educação, reconhecidas internacional e nacionalmente. Elas são altamente reconhecidas, receberam diversos prêmios pela Unicef,

pelo Ministério da Saúde, e se faz necessário vincularmos essas duas faculdades a um campus, a um centro de educação, como a USP, a Unesp e a Unicamp. Daríamos a oportunidade de essas faculdades terem parcerias tecnológicas...

O SR. VINICIUS CAMARINHA – Já começamos o trabalho na Assembléia, Deputado Roberto Felício, de colher as assinaturas de todos os parlamentares e fazermos uma indicação para o Governador para que ele assine esse decreto-lei encampando a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem. Em relação ao Hospital das Clínicas, que é um receio para as universidades públicas porque demanda muito custo, já tivemos uma audiência com Secretário Dr. Barradas, que se comprometeu a vincular o Hospital das Clínicas à Secretaria da Saúde. Assim, resolveríamos essa questão do Hospital das Clínicas.

Quero pedir, então, o apoio da Assembléia Legislativa nessa importante demanda na área da Saúde no sentido de encamparmos a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem a uma universidade pública e o Hospital das Clínicas vincularmos à Secretaria da Saúde. Não faz sentido termos o Hospital das Clínicas e essas faculdades vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

Uma outra reivindicação na área da Saúde em razão do Hospital das Clínicas é a questão do contingenciamento de recursos no orçamento do Hospital das Clínicas. Tivemos um corte no orçamento de aproximadamente dois milhões que faz muita falta em razão do atendimento que temos nesse hospital base. Este corte, então, veio na contramão, uma vez que o hospital aumenta o atendimento. Inclusive, depois, gostaria que alguém do Hospital das Clínicas ou os próprios estudantes pudessem detalhar esses números de atendimento. Precisamos contingenciar esses recursos para atender as demandas do Hospital das Clínicas. Conversei esta semana com os diretores do Hospital das Clínicas solicitando o contingenciamento desses recursos que está na Secretaria da Fazenda.

Estas são então as principais demandas na área da Saúde. Marília possui uma rede fantástica e exemplar na área médica. Temos na Secretaria municipal mais de 21 postos de saúde espalhados por todos os nossos bairros, fazendo o atendimento em toda a cidade e cidades vizinhas.

Uma outra demanda que vale ser destacada é a questão da Educação.

Marília, hoje, Deputado Roberto Felício, que tem defendido a Educação junto conosco na Assembléia, tem um pólo regional fantástico na área da Educação. Temos duas universidades, duas fundações, mais de 50 escolas municipais, dentre elas EMEIs e EMEFs, com aproximadamente 30 mil alunos. Temos uma festa maravilhosa no fim de ano, que são as formaturas com todas as professoras e diretoras da Secretaria da Educação, enfim.

Temos uma prioridade importante na área da Educação em razão de sermos um pólo regional em Educação, além das nossas indústrias alimentícias – são mais de 130 – e a agricultura. Faz-se necessário, portanto, a instalação de uma Faculdade de Tecnologia – FATEC. Temos um índice alto de produtividade em Marília.

Sentimos a falta da qualificação de mão-de-obra, das pessoas que trabalham na indústria e dos jovens que irão ingressar. E aí podemos estender essa qualificação de mão-de-obra não só para a indústria alimentícia, mas também para a agricultura e outras atividades que aqui desenvolvemos.

A Faculdade de Tecnologia é necessária. Temos já na Assembléia um projeto de lei nesse sentido, o Prefeito Camarinha coloca-se como parceiro do Governador. A Prefeitura se dispõe a ceder um prédio, com todas as instalações necessárias. O Governador instalaria toda a estrutura, todo o corpo docente e toda a tecnologia necessária para termos essa Faculdade de Tecnologia, que será de extrema importância para a região, principalmente neste momento difícil de desemprego, quando necessitamos qualificar mais a mão-de-obra dos nossos trabalhadores, dos nossos jovens e de todas as pessoas que estão buscando uma oportunidade de emprego.

Uma demanda antiga que temos, desde que militei no Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, é a duplicação Marília-Bauru. Precisamos muito dessa duplicação. Foi uma reivindicação que fizemos enquanto estávamos no Diretório Acadêmico de Direito, juntamente com o Gead, com as empresas de Marília. Estivemos com o Governador no ano passado, que assumiu o compromisso de fazer essa duplicação Marília-Bauru em fases.

Já existe um trecho que liga Marília à Garça duplicado. Mas queremos, o quanto antes, a duplicação até a cidade de Bauru. É de extrema importância abriremos os pulmões do Oeste do Estado de São Paulo para escoarmos as produções de amendoim, milho, soja,

sem falar dos estudantes que trafegam por essa rodovia. E o mais importante: os altos índices de mortalidade nessa rodovia. Essa é uma das nossas prioridades. Estamos constantemente cobrando, temos uma emenda à LDO. Temos também uma emenda no Plano Prurianual. É de extrema importância termos a Marília-Bauru totalmente duplicada para o desenvolvimento da nossa região e para a geração de empregos.

Quero citar a questão da BR-153. Formamos, na Assembléia, uma Comissão de Representação para estadualizarmos essa rodovia. Fiz parte dessa Comissão juntamente com outros deputados que são das cidades servidas pela BR-153. Fomos até o ministro Anderson Adauto e pedimos a concessão da Rodovia 153 para o Estado de São Paulo. Pedimos porque o Governador se comprometeu em iniciar a recuperação da rodovia e posteriormente fazer a terceira faixa e a duplicação.

A BR-153 encontra-se um caos. Precisamos de uma providência urgente para essa rodovia, que faz também ligações entre as nossas cidades, sem falar do importante papel de escoamento da nossa produção. Estamos aguardando uma resposta do Governo Federal para a solução deste problema: ou com a melhoria da rodovia ou com a sua concessão para o Estado de São Paulo.

A questão do nosso aeroporto. Estive, há uns dois meses, com o Secretário de Transportes, Dr. Dario Lopes. No ano passado tivemos uma obra importante no aeroporto: aumentou-se a cabeceira da pista. Em Marília, hoje, pode-se pousar qualquer tipo de aeronave. Temos então uma estrutura para ampliarmos o transporte aéreo. Vamos agora iniciar algumas reformas na estrutura do prédio do aeroporto.

São algumas questões, Sr. Presidente, que devemos incluir no Plano Plurianual. Essa questão da rodovia é extremamente importante, é uma questão de desenvolvimento regional, de escoamento da produção, de vidas que serão salvas. Na área da Saúde é fundamental a encampação dos recursos para o Hospital das Clínicas. Da mesma forma a FATEC, que é essencial para a geração de empregos e qualificação de mão-de-obra.

Para encerrar, não poderia deixar de citar a questão da agricultura. Na semana passada estive com o Secretário de Estado da Agricultura Duarte Nogueira juntamente com Sr. Heleno, nosso Secretário Municipal de Agricultura, levando as nossas prioridades.

Hoje, Prof. Zimmermann, a região de Marília, juntamente com Ribeirão Preto, é uma das maiores produtoras de amendoim, pois as nossas empresas alimentícias consomem

a matéria-prima. Levamos ao Secretário a necessidade de termos uma câmara setorial de discussão desse cultivo, de plantio de amendoim, para aumentarmos a produção.

Existem períodos em que as nossas indústrias precisam exportar o amendoim da Argentina porque não estamos atendendo a demanda. Então vamos criar uma câmara setorial de debate para o amendoim, para incentivarmos e melhorarmos o seu plantio, sem contar do incentivo ao café, à melancia de Avencas. Marília é hoje uma das maiores produtoras de melancia. Instalamos, em Avencas, uma balança com estrutura para todos os pequenos agricultores se organizarem e pesarem as suas mercadorias. Avencas, que é um distrito próximo de Marília, vende para o Carrefour, para o Pão de Açúcar e para as maiores redes de São Paulo. Está começando inclusive a exportar, graças a essa balança comunitária, e queremos expandir essas balanças para os demais municípios da nossa região, incentivando a agricultura e organizando os pequenos agricultores.

Tudo que fale dessas reivindicações está sendo encaminhado à Assembléia. Fiz mais de 40 emendas ao Plano Plurianual, inclusive a questão da ferrovia, pois não podemos deixar de reivindicar essa importante alternativa de transporte, que, aliás, é econômico.

Agradeço muito, Sr. Presidente, a presença da Assembléia Legislativa na região de Marília, uma região importante para o Estado de São Paulo, uma região rica, agrícola e forte. É uma região que está crescendo, que deixou de ser conhecida como o corredor da fome e hoje passa a ser a capital nacional do alimento. Temos as prioridades, as nossas demandas. Marília e região vive um momento bom porque as forças vivas da nossa cidade caminham num sentido só, no sentido de sermos atendidos nas nossas demandas.

Fico extremamente contente de poder estar aqui como representante da nossa região, como representante de Marília e de todos os nossos municípios, trazendo e acompanhando essas reivindicações tão importantes para o desenvolvimento regional.

Agradeço ao Presidente Sidney Beraldo, agradeço a presença do Deputado Roberto Felício, que veio prestigiar a região de Marília. Vamos pedir o apoio da bancada do partido do Deputado Roberto Felício para as nossas demandas. Vamos encaminhar no PPA e cobrarmos os recursos.

Obrigado a todos pela presença, aos estudantes, aos secretários municipais e a todos que vieram prestigiar e colaborar com este evento.

Um bom-dia a todos. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Vinte e dois anos ele tem. Que futuro promissor e brilhante que tem pela frente. Já que falou bastante em alimentação, que é a capital da alimentação do Estado de São Paulo, convidamos agora o representante e Diretor Regional da APAS – Associação Paulista de Supermercados – Sr. Carlos Alberto Binato, representando o Presidente da entidade, Sr. Sussumu Honda.

O SR. CARLOS ALBERTO BINATO – Bom-dia a todos.

Falar depois do Deputado Vinicius Camarinha será um pouco difícil, já que expôs todas as necessidades regionais com muito brilhantismo. Isso mostra realmente que é um menino promissor.

Estou aqui representando a nossa entidade, a APAS, onde estive presente no café da manhã com o Presidente Beraldo e o Presidente Sussumu Honda no final do mês passado. Afirmar na ocasião que estaria aqui neste Fórum de debates. É uma honra a APAS ter direito à palavra, representando as indústrias no mercado. É um mercado de riquezas como é o Estado de São Paulo. O supermercado, basicamente, faz hoje essa distribuição.

Temos, hoje, na Assembléia Legislativa, um deputado do ABC, Deputado Orlando Morando, uma pessoa voltada ao setor supermercadista. É um grande batalhador das nossas causas, conhecedor de todas as necessidades do nosso setor. Estivemos juntos conversando sobre isso. Quero que transmita ao Deputado Orlando Morando, Presidente Sidney Beraldo, os nossos agradecimentos.

Agradeço a todos os prefeitos da região, vereadores, à Prefeita Dona Ida. Parabéns pelo seu município que foi aqui citado como um marco do desenvolvimento no setor.

Está presente também o Sr. Dorival Finotti, da minha cidade, a quem agradeço pelo trabalho que o senhor desenvolveu, a biotecnologia, juntamente com o Prefeito Carlos Nobre, trazendo para a nossa região um grande desenvolvimento. Conseguiu instituir, junto à Unesp, este curso. Agradeço de coração pela nossa região.

Quero dizer que a APAS é uma parceira do Governo do Estado com diversos projetos de desenvolvimento realizados. O galpão de agronegócios é desenvolvido junto à APAS e entidade do governo do Estado. Participamos efetivamente dessa instalação. A

padronização de embalagens junto ao Ceasa, Ceagesp, é um trabalho que a APAS vem desenvolvendo com o Governo na parte setorial de distribuição, mostrando que o setor está preocupado com a cadeia produtiva a fim de que se diminua o uso dos bolsões do Ceasa, que muitas vezes, por falta de comercialização propícia, acaba jogando toneladas de produtos. Precisamos fortalecer esse setor da distribuição, com a padronização de embalagens.

Como todo mundo, temos também a nossa solicitação, que já está tramitando na Assembléia: a inclusão, na cesta básica, de produtos de higiene e limpeza. Entendemos que isso é prioritário e pleiteamos a redução da alíquota e impostos. É um projeto que tramita na Casa e esperamos que seja aprovado.

Não me estenderei muito, mas agradeço ao Presidente Sidney Beraldo a oportunidade, conhecedor das nossas reivindicações. Um abraço. Envio um abraço também ao Sr. Sussumu Honda a este dia.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –

Queremos registrar e agradecer a presença do Sr. Orlando Daun, do Município de Lupércio; do Vereador Carlos Bassan, de Marília; da Sra. Rosane Puia, Secretária Municipal de Educação de Marília; da Sra. Cecília Cristina Togashi, Diretora Técnica do Departamento de Saúde, da direção regional de Marília; do Sr. Edson de Moura, do Ipen de São Paulo, representando o Secretário da Justiça; do Sr. Davi Naturi Martins, Diretor Técnico do serviço do DAEE de Marília; do Sr. Fernando Antônio Rodrigues, Diretor da Bacia do Peixe, Paranapanema, do Departamento de Águas e Energias Elétricas, DAEE; do Sr. Geraldo Chagas, Gerente Regional da Bacia do Rio Paraná, da Cetesb; da Sra. Nilza Ferreira da Silva, assessora institucional da Secretaria de Assistência de Desenvolvimento Social do Governo de São Paulo; do Sr. José Bocardi Jr., representando a Diretora do Ceama/Iamspe, Sra. Elizabeth Harumi Murakata, de Marília; da Sra. Denise Matteoli Risi, Diretora Técnica do HERAS, de Assis; do Sr. Luiz Donizete Martini, Delegado Regional de Turismo, de Marília; do Sr. Norberto Luiz de Oliveira Filho, Diretor substituto do Escritório de Desenvolvimento Rural de Marília, representando o Exmo. Sr. Secretário

Duarte Nogueira, da Agricultura; do Sr. Mário César Vieira Marques, Diretor da Divisão Regional de Marília da Secretaria do Estado de Assistência e Desenvolvimento Social.

Ouviremos agora o Vereador Valter Luiz Cavina, Presidente da Câmara Municipal de Marília, representando os demais vereadores presentes.

O SR. VALTER LUIZ CAVINA – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar o nosso Presidente da Assembléia, Deputado Sidney Beraldo, neste ato presidindo este Fórum, os Deputados Roberto Felício e Vinicius Camarinha, o Prefeito de Marília José Abelardo Guimarães Camarinha, os prefeitos presentes, os vereadores, representantes de entidades, secretários municipais, o Presidente do Diretório Municipal do PSDB, Mário César, enfim, quero enaltecer esse Fórum Legislativo. Acho que é uma forma de levar a participação à comunidade, a todas as pessoas que querem fazer sugestões às melhorias da sua região. Embora o Estado de São Paulo seja o maior estado do país, ele encontra diferenças muito grandes de uma região e de outra. E somente através do Fórum Legislativo é que o governo acaba traçando as suas metas e apontando as realidades de cada região. Só sabe onde dói o pé quem calça sapato. Então, cada região sabe das suas realidades e suas necessidades, mas eu queria também apontar a importância de investimentos na ponte do Rio Paraná, em Paulicéia, porque hoje a Marechal Rondon e a Raposo Tavares interligam o Estado e hoje a região toda precisa pegar essas rodovias. A Comandante João Ribeiro de Barros, através da Ponte do Rio Paraná, em Paulicéia, com certeza colocará a nossa região no eixo de desenvolvimento do Estado.

Há uma preocupação em relação ao excesso de presídios no centro-oeste paulista. Hoje, quem pega a Comandante João Ribeiro de Barros se depara com diversas construções e diversos presídios na nossa região.

Há necessidade de investimentos em relação ao saneamento básico, ao tratamento de esgoto. Marília é uma cidade bonita, tem diversos vales e cachoeiras, tem uma economia que está se expandindo em nível mundial, que é o turismo; Marília pode explorar muito essa área com essas belezas naturais.

Os investimentos feitos na zona rural, como o Deputado Vinicius Camarinha disse, é a balança rural. Hoje estão sendo construídos os resfriadouros de leite comunitário, porque de acordo com a exigência da Saúde; aqueles tambores que ficam às margens das

entradas das fazendas serão proibidos. Então tem de enaltecer aqui a parceria do governo municipal, do prefeito, através da Secretaria. Foi inaugurado em Avencas e já está funcionando. É importante que se instale em todos os distritos de Marília esses resfriadouros comunitários de leite.

Não podemos nos esquecer das pontes rurais, porque o escoamento agrícola de Marília para a Capital, para o país e para o mundo através dessa duplicação Marília-Bauru, que é imprescindível e bendita, precisa também das pontes rurais. O Deputado Vinicius Camarinha está dizendo que fez pedido de seis pontes metálicas para a região rural de Marília. Acho importante para atender os produtores rurais e para fazer com que a produção tenha um direcionamento até o consumo.

Tivemos uma luta da cidade em relação à construção da Rodovia do Contorno. Vieram os engenheiros da Capital e fizeram o seu projeto. Portanto, ficamos à mercê da falta de diversas obras complementares. Temos hoje uma rodovia e não temos as marginais. Temos em alguns trechos marginais feitas pelos municípios, mas necessitamos de investimentos do Governo do Estado, como de obras de artes, passarelas e passagens inferiores, viadutos, que acabam dificultando, porque Marília tem crescido muito e ultrapassou os limites da Rodovia do Contorno e hoje a população sofre sérios riscos.

Então eu queria colaborar com essas indicações e tenho a certeza de que o Poder Legislativo Municipal estará colaborando com o que for necessário.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Convidamos a fazer uso da palavra o Sr. Arthur Eugênio Furtado Achôa, do Escritório Regional do SEBRAE, de Marília – serviço de apoio à micro e pequena empresa de São Paulo – representando aqui o Sr. José Luiz Ricca, Superintendente do SEBRAE.

O SR. ARTHUR EUGÊNIO FURTADO ACHÔA –

Bom-dia a todos. Quero agradecer a oportunidade que o SEBRAE tem de se manifestar neste evento.

Quero, primeiramente, ressaltar a importância do evento para o desenvolvimento econômico da região.

O SEBRAE é um órgão de apoio aos pequenos negócios. Vou colocar uma situação mais ampla com relação aos pequenos negócios e uma recomendação em relação aos caminhos que podem ser tomados para geração de riqueza.

Foram apontados na palestra do Índice Paulista de Responsabilidade Social os pilares que demandam esse índice e um deles é a geração de riqueza.

Noventa por cento dos negócios – essa é uma situação brasileira, que não é diferente da situação do Estado de São Paulo e mais especificamente da nossa região – são informais, informais no que tange à constituição e à gestão. Essa situação leva a uma situação mais grave que é o índice de mortalidade. Setenta e um por cento desses pequenos negócios fecham no quinto ano de atividade. As razões para isso são: primeiro, falta de planejamento; segundo, má orientação na gestão e na constituição desses pequenos negócios.

Existe um relatório mundial – a pesquisa é feita em 37 países – que pesquisa a questão empreendedora. O Brasil aparece em sétimo lugar em iniciativa empreendedora. Ou seja, o Brasil é um país em que as pessoas se dispõem a montar pequenos negócios. A atividade empreendedora é oriunda de uma necessidade pessoal e não de uma oportunidade de mercado.

Então, fica aqui a recomendação aos Srs. Deputados, no que tange à legislação, que duas questões levam à competitividade dessas empresas: a tecnologia e o crédito, fomentar programa de apoio tecnológico e incentivar, cada vez mais, programas de crédito orientado, ou seja, o crédito atrelado à questão da orientação de gestão principalmente. Já existem alguns programas de crédito orientado. Mas fica a recomendação aqui que é uma recomendação mais ampla, mas que funciona perfeitamente com a nossa realidade local. Que os programas de crédito sejam programas de créditos orientados.

Quero também ratificar o que foi dito aqui com relação à infra-estrutura. A nossa infra-estrutura carece de alguns cuidados: a duplicação da rodovia é urgente e necessária. O caminho de escoamento da produção passa pela via rodoviária. Fica, então, ratificada a necessidade de apoio nessa questão de infra-estrutura.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Convidamos, neste momento, o Prefeito do Município de Assis, Sr. Carlos Ângelo Nóbile, para a sua manifestação, lembrando que as manifestações são limitadas a cinco minutos.

O SR. CARLOS ÂNGELO NÓBILE – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar o Presidente da Assembléia, Deputado Sidney Beraldo. Gostaria de convidar, se V. Exa. permitir, o Sr. Dorival Finotti, empresário agricultor da minha região, responsável pela implantação da biotecnologia na região, para falar a respeito do projeto, e que V. Exa. leve isso à Assembléia Legislativa. É um projeto importante, que com certeza irá melhorar muito as condições de desenvolvimento da região do médio-Paranapanema.

Dorival, por favor.

O SR. DORIVAL FINOTTI - Bom-dia a todos.

Acho que este momento é muito oportuno para que posamos apresentar a V. Exa. uma idéia do que estamos desenvolvendo no médio-Paranapanema, capitaneada pelos 16 municípios que compõem o SIVAP, um projeto extremamente importante para o desenvolvimento do Estado de São Paulo, da região de Marília e de toda a...

O SR. – ... e um pequeno valor agregado. Juntamos o Prefeito Carlos, a Prefeita (?), vice-presidente do Biomavale, instituição que criamos e que é uma organização da sociedade civil de interesse público; o Prefeito Hasegawa e outros prefeitos do Vale do Paranapanema, do CIVAP, e montamos uma estrutura para desenvolver um pólo de biotecnologia no médio-Paranapanema, agregar valor à nossa produção primária e, ao mesmo tempo, criar tecnologias que sejam capazes de inserir a nossa região no mundo da alta tecnologia dos próximos 50 anos.

Conseqüentemente, a nossa região pleiteou a reitoria da Unesp junto ao Governador do Estado; conseguimos e já está funcionando na Unesp de Assis o primeiro curso de graduação em Biotecnologia do Estado de São Paulo, do Brasil, e o quarto curso de Biotecnologia do mundo. Temos muito orgulho de falar sobre isso. O primeiro

vestibular teve 50 candidatos por vaga. Temos hoje uma elite intelectual começando esse trabalho na nossa região.

Sabemos que a cidade de Marília é a capital de alimentos e grande parte da matéria-prima vem da região do Vale do Paranapanema. Somos parceiros nisso. Marília tem hoje uma base hospitalar grande e, dentro do nosso pólo biotecnológico, temos algumas pesquisas já em andamento na área de células-tronco e outros itens da biologia molecular. Queremos dar grande contribuição nesse segmento. Levamos à Apta e o primeiro pólo de agronegócio do Estado de São Paulo foi estabelecido dentro do contexto do Projeto Biomavale.

Conseguimos mais três universidades para Assis, hoje já temos um grande contingente de pessoas com doutorado. Estamos fazendo uma grande proposta de juntar todos esses trabalhos e pesquisadores e, com a Fundação Municipal de Ensino, com a Unesp, com a Unip, com a Escola de Agronomia de Paraguaçu Paulista, do prefeito Hasegawa, juntar todas essas forças e criar um pólo de alta tecnologia. Apesar de a nossa região ser muito rica em biodiversidade, pouco se falou nisso.

Acho que a proposta do Biomavale não é mais de passar o chapéu para o Governo do Estado, nem para políticos, é de fazer propostas de parceria. Já encaminhamos para o Plano Plurianual uma proposta de parceria. O montante que estamos encaminhando é menos do que 0,1% do montante que V. Exa. disse que o Estado vai investir no Plano Plurianual. Estamos pedindo pouco diante da potencialidade que temos para retornar.

Há grande riqueza de biomas na nossa região. Não estamos dando muita atenção para isso. O Vale do Paranapanema correu atrás disso, vamos proteger nossa biodiversidade para gerar riquezas. Temos pesquisadas na nossa região moléculas que podem substituir em 100% as importações de alta tecnologia, por exemplo, na área de xantana, de alguns polissacarídeos. Temos essas pesquisas desenvolvidas na nossa região, na nossa universidade, com patentes que podem ser nossas dentro da área da biologia molecular e agregar muito valor e muita riqueza para o Estado de São Paulo. Portanto, estamos querendo fazer uma parceria, e gostaríamos imensamente que o nosso projeto continuasse a constar nas planilhas de propostas do Governo do Estado de São Paulo para a nossa região. São essas parcerias e o investimento em alta tecnologia que vão trazer benefícios para todos.

Dos 16 municípios do CIVAP, um é o primeiro colocado na área da educação e outro é o segundo colocado no item de longevidade. Esses dois municípios estão entre os cem mais mal remunerados do Estado. Queremos fazer tecnologia de ponta. Temos cerca de 300 mil habitantes nessa região. Não temos favelas, não temos problemas sociais graves, temos uma boa infra-estrutura, temos riqueza natural muito grande, temos tudo organizado, agricultura de boa qualidade, grande competitividade na área de “commodities”.

O Projeto Biomavale acredita que, em 10 anos, vai dar uma quintuplicada no nosso PIB regional com a implantação do pólo de biotecnologia na região, que compõe os 16 municípios, e com o CIVAP, com sede em Assis. Acredito que temos tudo para fazer isso.

Sr. deputado, temos uma pesquisa desenvolvida na nossa região de uma bactéria que ocorre espontaneamente nos nossos solos, faz parte da nossa biodiversidade. Prospectamos, isolamos. Ela é 5% mais produtiva do que as bactérias mais produtivas dos países com tecnologia de ponta do mundo. A Petrobras é importadora de 100% da xantana consumida na perfuração de petróleo de alta profundidade, a indústria farmacêutica brasileira importa petróleo. E essa bactéria é nossa, está sob nosso domínio, podemos produzir isso em casa. Temos outras dezenas de exemplos que não me cabe citar agora devido ao tempo, mas temos uma grande contribuição a dar e gostaria que V. Exa. não saísse sem nos ouvir. Agradeço imensamente a palavra que concebeu ao Prefeito Carlos Nóbile e a possibilidade de expor este assunto aqui.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. – Enquanto o Finotti faz a entrega do documento assinado por ele, Presidente do Biomavale, e pelo Dr. Hasegawa, Presidente do nosso Consórcio de Municípios, queríamos dizer ao Deputado Vinicius Camarinha que nós, da região do CIVAP, que fazemos parte da região de Marília, endossamos todas as propostas, porque entendemos que o que é bom para a região de Marília, para a região de Ourinhos, para a região de Tupã, também é bom para a região de Assis.

Não estamos na região menos desenvolvida do Estado de São Paulo, mas na que tem maior potencial a ser desenvolvido. Precisamos ser descobertos pelo governo paulista e pela Assembléia Legislativa. Acho este evento muito importante, quero parabenizar a

Assembléia tendo a sua frente o nobre Deputado Sidney Beraldo. V. Exa. será sempre muito bem-vindo a nossa região e esperamos contribuir para o engrandecimento deste grande Estado de São Paulo.

Um grande abraço a V. Exa. de todo o povo da minha cidade e da região do CIVAP.
Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Muito obrigado, prefeito.

Queremos agradecer também ao Sr. Ludvig Hafner, vice-Diretor da Faculdade de Medicina de Marília; Doraci Oliveira Benega, vice-Presidente do Conselho de Associações de Moradores de Marília; Sr. Arthur Eugênio Furtado Achôa, representante do escritório regional do SEBRAE de Marília; Sr. Yoshimini Shintaku, Presidente do Sindicato Rural de Marília, representando o Sr. Fábio Meireles, Presidente da FAESP; Sr. Daércio Galati Vieira, representando o Presidente da Adima, Associação das Indústrias de Alimentos de Marília, José Geraldo Garla; Sra. Inês Ferreira Lima Kobayashi, Presidente do Conseg do 4º Distrito Policial de Marília; Sr. Idelberto de Gênova Bugatti, Diretor da Faculdade de Informática da Fundação Eurípedes Soares da Rocha; Sr. Miguel Sampaio de Souza e Silva, Diretor do Erplan de Marília, e também a todos os funcionários da Assembléia Legislativa que estiveram presentes nesta reunião, representantes da Procuradoria, do Departamento de Documentação e Informação, Departamento de Comissões, Instituto do Legislativo Paulista, 1ª Secretaria, 2ª Secretaria, Divisões de Imprensa, Comunicação Social e o Cerimonial.

Passo a palavra ao Prefeito Abelardo Camarinha.

O SR. ABELARDO CAMARINHA – Sr. Presidente Sidney Beraldo, que foi vereador em São João da Boa Vista em 1976. Coincidentemente, elegemo-nos deputados na mesma gestão. Não poderia deixar de dar este testemunho saudando sua pessoa; o nobre Deputado Roberto Felício, também do interior; o presidente Valter Cavina, o Deputado Vinicius Camarinha, o coordenador, os prefeitos, os amigos que aqui vieram. Fico muito feliz porque temos de aproximar mais o poder decisório de São Paulo e de Brasília do interior, das cidades agrícolas, das cidades com mais problemas, mais demanda. O que V.

Exa. tem feito é um exemplo disso, discutir nas bases os problemas estruturais que cada região tem. Hoje tivemos o privilégio de sediar essa discussão da nossa região.

Gostaria de comentar alguns pontos da fala dos oradores anteriores. O professor da Unicamp mostrou o painel localizando a região metropolitana. Queria traduzir os estudos do IBGE numa frase que o governador Montoro já dizia: se você colocar no centro da Praça da Sé um marco e fizer 100 quilômetros em volta, pega o ABC, Campinas, Jundiaí, Osasco, Guarulhos, São José dos Campos, Vale do Paraíba, teremos 70% de tudo. Que tudo? Da produção, da arrecadação, da habitação, dos eleitores, dos problemas etc. Os outros 30% ficam para os rincões do interior de São Paulo.

Muito se falou de algumas cidades, mas esqueceu-se o principal. Quando se fala de Campinas, de Sorocaba, são 300, 400 anos. Quando se fala de São José do Rio Preto, 350 anos. Quando se fala da Baixada Santista, 400 anos. Eu, como homem da região, tenho que defendê-la. Não temos nem 100 anos. Marília tem 70 e poucos anos. É evidente que os problemas aqui afloram, existem.

Havia duas regiões problemáticas no Estado de São Paulo, uma era Registro e a outra era a Alta Paulista. Na Alta Paulista vivíamos na monocultura. Esta região era um oceano de café. Depois houve problemas graves com o café: preço, geada, falta de política de incentivo etc. Esta região passa por uma metamorfose. Agora vem procurando entrar nos trilhos. A região de Bastos acertou com a avicultura, a região do Vale do Paranapanema acertou na produção de grãos, milho, soja, trigo, virou uma Califórnia do país, tem duas produções anuais. E a região de Marília vivia essencialmente da monocultura. Tivemos que nos achar nesse panorama selvagem da economia, que passou por diversos planos econômicos, cada um mais mirabolante que o outro. E aqui conseguimos algum eixo. O eixo central da solução dos problemas foi a diversificação. Conseguimos diversificar a nossa produção a tal ponto que a Coca-Cola tem duas grandes indústrias no Estado, uma em Jundiaí e a outra em Marília. A Nestlé tem duas grandes fábricas no Estado, uma em São Paulo e a outra em Marília, e centenas de fábricas na linha de alimentos, metalurgia e indústrias agregadas que fornecem a matéria-prima.

Outro pólo de crescimento e desenvolvimento foi a questão da saúde. Marília faz parte dos três eixos de saúde pública. A primeira é Campinas, a segunda é Ribeirão Preto e a terceira é Marília. Aqui agregam duas universidades, duas fundações e duas faculdades de

Medicina, uma com letra A no provão. Existe um movimento dos estudantes, que está sendo apoiado por todos, por nós, de transformar a estadualização para encampação. (Palmas.)

Agregado a isso, tivemos o pólo da educação. Como disse uma reportagem de ontem de um dos canais de televisão, o setor que mais empregou na última década foi o setor de serviços. Marília soube absorver essa modificação da estrutura da economia no país. Hoje temos um grande centro de referência na área da educação, desde a pré-escola até a pós-graduação. Temos mais de 40 cursos superiores, temos a Unesp, a Unimar, a Fundação da Faculdade de Medicina, os cursinhos.

Muitas pessoas falam com maldade. Esta região não é mais o corredor da fome. Fora outrora. Deve ser motivo de orgulho transformar como o Estado está tentando transformar Registro. Costumo dizer aos moradores de Prudente, de Araçatuba, que somos sobreviventes. Porque moramos a 500 quilômetros da capital, do eixo metropolitano, do eixo do consumo Rio-São Paulo, da Baixada Santista, onde entra e sai a produção, não temos produção de petróleo como Cubatão e Paulínia, que transformam o petróleo em derivados, e estamos sobrevivendo.

Para se ter uma idéia, em 1999 a FIPE, a USP e a Rede Globo fizeram uma avaliação das regiões que mais cresceram no Estado. Pensaram que ia dar Campinas, Limeira, São José dos Campos, onde estão baseadas as maiores indústrias do país, a Embraer, a Alparagatas, indústria de base, automobilística do país. Para surpresa geral deu Marília. Tivemos um aumento grande. Evidentemente, vieram nesse aumento os problemas que estamos procurando resolver. A “Folha de S.Paulo” trouxe o IDH nesta semana das principais regiões do estado e do país. A pontuação é 1 para quem atinge o maior índice de IDH. Marília atingiu 0,85 com setenta e poucos anos. Temos de valorizar o que foi conseguido.

Uma observação aos Srs. deputados: no Estado de São Paulo, sobejamente, há mais de 30, 40 anos, no Rio Tietê, que sai da capital para o interior – não vai aqui débito aos governos do PMDB, do PSDB, isso aconteceu ao longo da existência do Estado de São Paulo – a direita do Rio Tietê é conhecida como Califórnia e a esquerda como Novo México. Foram bilhões de dólares investidos à direita do Tietê, que pegou Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Campinas, toda aquela região. Alguns empresários que falam não

vivenciaram isso, às vezes usaram sua força para política de pleitos próprios, de subsídios para suas indústrias.

Todos nós aqui sabemos o que aconteceu com esses subsídios: os que eram canalizados para produção sumiram e a produção não ficou. Então tem que se distinguir que o lado direito do Rio Tietê foi bafejado, foi privilegiado com grandes rodovias, com grandes obras, com grandes universidades. E a esquerda do Tietê somos nós, sobreviventes, que estamos trabalhando, produzindo. E teve uma virada da década, Prof. Zimers. Qual foi a virada da década? Hoje, Felício, quando o Jornal Nacional mostra o superávit primário da balança comercial, quando sai lá: “O Brasil bateu recorde em produção para exportação.” Para simplificar o entendimento de tudo: se não fossem os pés vermelhos (?) à esquerda do Rio Tietê e essas zonas agrícolas apontadas por este simpósio aqui, o Brasil não teria o superávit comercial. O superávit comercial saiu dos pés vermelhos, 18 bilhões de dólares de superávit comercial oriundos exclusivamente da produção de agronegócio.

Então, não saiu de São José dos Campos, de Campinas, da Volkswagen, da Internit. Saiu dos pés vermelhos aqui do interior que produziram soja, milho, trigo, tudo. (Palmas.) Foram esses homens que garantiram o equilíbrio financeiro e econômico do país. Foram esses homens de pés vermelhos, foram essas regiões apontadas pelo professor, que não recebem a devida recompensa.

Aproveito a ocasião para dizer ao pessoal do Vale do Paranapanema que conseguimos colaborar com aquela região. Como é essa colaboração? O ICM é a fonte maior de arrecadação dos municípios; a região de Assis, de Cândido Mota, de Pedrinhas, a região da prefeita aqui presente, são as maiores produtoras de milho, soja e grãos do país mas não recebem o ICM porque ele é agregado à produção de alimentos e eles não participam do ICM.

Nós conseguimos, prefeita, mudar e fazer um resíduo do ICM e distribuir a essas cidades produtoras de grãos. Isso beneficiou sobejamente aquela região do Vale do Paranapanema, que é um exemplo e que colaborou com o superávit comercial. Porque nessa economia sem investimentos na nação, se tivéssemos um déficit na balança comercial, a situação econômica do país seria muito mais crítica.

Agora, tudo isso que os deputados, nós, o Prefeito Camarinha, os empresários falaram não se faz sem recurso, não se faz com filosofia, não se faz com planos. Evidente

que planejamento é essencial. Se faz com recursos e sou obrigado a lamentar aqui dois fatores, não politizando a questão, mas denunciando a questão: de janeiro a julho de 2002, caríssimos prefeitos, pagamos aos bancos internacionais 62 bilhões. Crime! Isso se chama o que houve em Minas Gerais, a derrama. Pagamos de janeiro a julho de 2002 62 bilhões. Pasmem, Srs. da imprensa, este ano, janeiro a julho de 2003, pagamos 102 bilhões. Pagamos 40 bilhões a mais do que pagamos ano passado. É esse dinheiro que falta no comércio, na indústria, na produção, nas estradas, nas escolas, nas embaixadas, na conta do Lula no exterior, etc, etc, etc.

Então, os municipalistas devem defender o repatriamento do dinheiro, a distribuição de renda, porque ninguém mora na União, nem no Estado, mas na cidade, em Pedrinhas, em Lupércio, em Marília, e aqui residem as chagas da população. Então temos que denunciar.

Uma denúncia também é política porque fico bem à vontade de dizer. O grande Presidente Lula, em quem votei, disse na ONU as seguintes palavras: o novo nome da paz é justiça. Não podemos endossar, comprar 700 milhões de dólares em aviões caças num momento de profunda dificuldade por que a nação passa. O primeiro ato dele foi suspender as negociações nesse sentido. Não há mais compra desse material beligerante. O nome da paz é justiça.

Então, são algumas coisas que devemos falar e encerro batendo na questão tributária, que foi dita aqui por muitos, porque a questão tributária vai mais uma vez não prestigiar os municípios. Vamos ter uma grande concentração na União, uma grande concentração no Estado e os Municípios, que já passam hoje por profundas dificuldades. Estão aqui os prefeitos de Assis, de Pedrinhas, de Lupércio e de outras cidades que sabem que vão ter uma dificuldade enorme para fazer a folha de pagamento, porque houve uma queda grande de arrecadação. Tínhamos que participar da CID, da CPMF, do ISOF. Caro Deputado Felício, os bancos nesses últimos dez anos criaram cem tipos de débitos e os municípios não participam de nada. Criaram o ISOF. A CPMF dá 26 bilhões. O ISOF ninguém sabe o que é. O povo pergunta o que é ISOF? O ISOF é Imposto sobre Operações Financeiras, que tira de Assis, prefeito Carlinhos, milhões por mês. E não devolve nada para Assis. Aí o povo bate na sua porta sobre a questão do posto de saúde, do buraco da estrada, do desfavelamento.

Na reforma tributária se faz mister empenho dos homens públicos no sentido de distribuir melhor a renda nas bases. Muitas pessoas aqui citaram os países de 1º mundo, falaram da Alemanha, da Itália, mas não falaram que na Alemanha, na Itália e na América do Norte, no Japão, etc., fica 30% da renda nos municípios. E ali eles resolvem o problema. Há cidades no Japão que ficam com 40% e são responsáveis pela educação, pelo bombeiro, pela segurança, pelo saneamento básico, etc., etc.

Encerro cumprimentando esse Fórum que veio aqui discutir, ouvir as reivindicações, levar para o PPA, para o Secretário as dificuldades do interior, os deputados para cá se deslocaram vivenciando e conhecendo a realidade do interior. Agradeço a Marília por ter sido convidado. E vamos enfrentar os novos destinos, os novos rumos que virão aí, sempre cobrando a questão do pagamento da dívida externa. Tudo o que discutimos aqui, Deputado Vinicius Camarinha, Deputado Sidney Beraldo, Deputado Felício, é consequência da hemorrhagia do pagamento da dívida externa. Tudo o que discutirmos aqui até amanhã, às 10 horas da noite, é consequência do pagamento extorsivo da nossa dívida interna e externa. O Palocci, que foi meu amigo pessoal, foi prefeito comigo, deputado comigo, merece minhas considerações, meus respeitos, mas gostaria de perguntar: onde consegue dinheiro a 20% ao ano? Há uma realidade na televisão à noite, uma realidade real na pedra, no povão. Vinte por cento de juros ao ano; os senhores estão convidados a pegar Sampaio Vidal aqui, avenida central de Assis, Av. Paulista, e ir de banco a banco e perguntar quem empresta dinheiro a 20% ao ano. Os bancos apresentaram os lucros, agora, 60% acima do ano passado. Crime de lesa-pátria, derrama. Os que se levantaram foram enforcados.

Temos que constantemente não perder de vista o problema central da questão. O problema central é o pagamento enorme que está se fazendo da dívida interna e externa que tem que ser brecada. O Presidente da Argentina deu um exemplo grande quando peitou o FMI e conseguiu três coisas importantes: diminuir o superávit primário, não dolarizar as tarifas públicas e conseguir um alongamento na dívida externa.

Parabéns ao Beraldo, a todos que vieram, e que levem Marília, a nossa região, no coração, que muito precisa. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Neste momento, vamos rapidamente abrir a palavra a algumas pessoas que solicitaram.

Temos aqui o pedido do Sr. Dorival Finotti, através do pedido feito pelo Prefeito de Assis; temos também o pedido de Alberto Bugatti, do Centro Incubador de Empresas em Marília.

Em seguida, teremos também a participação do Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina.

Vou aproveitar a oportunidade, enquanto os dois se aproximam, para dizer que depois vamos responder algumas perguntas. Não vai dar tempo de responder a todas. Vou tentar selecionar algumas, mas podem ter certeza de que todas serão respondidas. Gostaria que o Sr. Lucindo Lopes completasse a ficha com o endereço completo para que depois pudéssemos responder para ele, porque ele tem várias perguntas e depende, inclusive, de pesquisa na Assembléia, nas comissões temáticas.

O SR. – ...o Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa, teve a oportunidade de estar ouvindo na segunda-feira, num evento, a discussão da lei geral das pequenas e médias empresas do Brasil. É nesse sentido, como gerente do Centro Incubador de Empresas de Marília, que aproveito a oportunidade para colocar algumas aflições das pequenas e microempresas, que também foram discutidas nesse evento de segunda-feira, em São Paulo.

Parabenizo também o Presidente da Câmara Municipal de Marília, o Deputado Camarinha, o Prefeito Camarinha e todas as autoridades presentes.

Nesse sentido, criamos um centro incubador aqui em Marília, de base tecnológica, por termos aqui na Fundação Eurípedes uma capacidade bastante relevante na área de informática. Nosso Professor da Unicamp ressaltou os programas de mestrado existentes na área de medicina. Aqui na Fundação Eurípedes, somos a única instituição isolada do país a ter dois programas de mestrado recomendados pela CATI, um deles na área de informática. Na área de informática temos seis programas de mestrado no Estado de São Paulo, dentre eles, a Unicamp, a USP de São Paulo, a USP de São Carlos, a Federal de São Carlos, o ITA, em São José dos Campos, e a Fundação Eurípedes, a única instituição privada do Estado de São Paulo a ter um programa de mestrado. E conseqüentemente nós montamos

um centro incubador. E aí têm as aflições, não só do centro incubador, mas de todos os micros e pequenos empresários do Estado de São Paulo.

Como sugestão, acreditamos que devam ser tomadas algumas iniciativas, tanto da Câmara Municipal, quanto da Assembléia Legislativa, no sentido de levar algumas considerações para a lei geral das pequenas e microempresas sobre a abordagem de como devem ser tratadas as pequenas e médias empresas do país.

Sugerimos que, no SIMPLES, as pequenas e microempresas tenham aquele limite superior de arrecadação mensal multiplicado por três. Dessa forma, teríamos uma quantidade muito maior de pequenas e microempresas nessa categoria, tendo incentivos fiscais do SIMPLES. Ou, não considerando como incentivos fiscais, como o nosso Professor colocou, mas como fomento à geração de novas empresas. Todas as cidades do país seriam privilegiadas.

Em relação à carga tributária e acesso ao crédito – temos aqui o responsável pelo Banco do Povo, Secretário da Indústria e do Comércio – sugerimos aumentar o limite superior de acesso ao crédito do Banco do Povo para três, quatro ou cinco. É importante o Banco do Povo, mas aqueles limites são pequenos. Aumentando o limite superior teremos uma abrangência muito maior, um acesso ao crédito muito maior, a juros menores. Disse muito bem o nosso Prefeito Camarinha, que as taxas de juros são um problema, principalmente para as pequenas e microempresas.

Outra iniciativa é o acesso ao crédito das pequenas e microempresas. O acesso ao crédito a juros reduzidos. O acesso ao crédito pode ser viabilizado tanto pelo Banco do Povo, quanto outras iniciativas, tais como o SEBRAE, o aval ao acesso. A SEBRAE de São Paulo está criando o aval ao acesso ao crédito.

Outra iniciativa é a desoneração da folha de pagamento das pequenas e microempresas. Isso sem mexer nos direitos trabalhistas dos funcionários, mas desonerar a parte empresarial da folha de pagamento. Essas duas iniciativas auxiliariam sobremaneira a criação de novas empresas e a consolidação dessas empresas.

Mais uma vez cito o nosso Prefeito Camarinha, que disse que desenvolvimento não se faz sem recursos financeiros. E um dos fatores que geram riqueza certamente está relacionado à pequena e à microempresa do nosso país. Fomentando a criação de novas

empresas estaremos fomentando a geração de empregos e riquezas, e gerando recursos para os municípios.

Na reforma tributária poderemos também ter iniciativas, tanto a nível municipal, quanto a nível estadual ou federal. Já conversamos com o nosso querido Presidente da Câmara Municipal, Sr. Walter Cavina, e com o Prefeito Camarinha, tentando ter iniciativas para diminuir o ISS das pequenas e microempresas de Marília e principalmente das empresas incubadas no centro de incubadores.

Agora faço uma proposta de transformarmos o nosso centro incubador de empresas, que é considerado base tecnológica, num centro incubador com características mistas, para que todas as parcerias que temos, tais como, a Fanema, a UNESP, a Secretaria da Indústria e do Comércio, o CIESP, e outras instituições ligadas ao centro incubador, possam gerar esforços conjuntos para fortalecermos uma incubadora de empresas forte em Marília, para gerar riquezas para a nossa região.

Ouvimos aqui do Diretor do CIESP que estamos um pouco longe da indústria aeronáutica. Podemos dizer que não estamos tão longe assim. Temos a empresa Júnior, dos alunos da Fundação Eurípedes, que, junto com uma empresa de São José dos Campos, gerou, projetou, testou e implementou uma injeção eletrônica para uma turbina aeronáutica. Isso foi totalmente desenvolvido aqui no nosso país, em Marília e em São José dos Campos, gerando tecnologia, e poderá gerar desenvolvimento para Marília, inclusive na indústria aeronáutica.

Sejam sempre muito bem-vindos aqui na Fundação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. – Vou pedir ao Sr. Marco Aurélio que seja o mais breve possível, pois o nosso tempo está curto.

O SR. MARCO AURÉLIO – Bom-dia a todos.

Meu nome é Marco Aurélio, sou o atual Coordenador-geral do Diretório Acadêmico Christiano Altenfelder e membro representante do Fórum das entidades Fanema.

É uma atitude louvável da Câmara a realização aqui na cidade de Marília do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico. Gostaria de explicar brevemente a situação

atual da Fanema, que já foi citada pelo Prefeito Camarinha, e muito bem exposto pelo Deputado Vinícius Camarinha.

A Fanema é uma Faculdade de Medicina e Enfermagem. Atualmente é uma faculdade estadual. Ela tem um nível de educação e de assistência reconhecidos por sua excelência, por ser um atendimento, e um ensino voltado para uma área bem humanizada. É referência atualmente quanto ao desenvolvimento curricular, formação de recursos humanos para a saúde e assistência.

Hoje a Fanema contempla os hospitais de clínicas de Marília, o Hospital materno-infantil, que é o Hospital Amigo da Criança, Ambulatório Mário Covas, Hospital Regional de Assis. Somos referência para cerca de 52 municípios do Estado de São Paulo, com um milhão de habitantes.

Essa realidade, que expomos com orgulho, tem que ser mantida. E atualmente essa realidade tem sido enfrentada com muito suor, tanto pelos estudantes, como pelos funcionários e professores. Isso porque o fato de ela ser uma faculdade estadual, vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, não nos garante o status que hoje tem uma universidade, com maior acesso à pesquisa e com maior chance de qualificação dos seus docentes.

Diante disso, o Fórum reivindica a encampação da Fanema por uma das três universidades paulistas: USP, UNICAMP e UNESP, junto com a vinculação do Hospital de Clínicas à Secretaria de Saúde. Dessa forma, poderíamos manter e dar um salto de qualidade no que temos hoje.

No ano de 2002 foram realizados um milhão e 300 mil atendimentos ambulatoriais e 11 mil e 300 cirurgias de alta complexidade pela Fanema.

Já conseguimos o apoio do Deputado Vinícius Camarinha, apoio da Câmara dos Vereadores de Marília, do Prefeito de Marília e da região toda, na figura da AMCOP, Associação dos Municípios do Centro-oeste Paulista.

Em nome da Fanema, reivindico que a Fanema seja encampada por uma universidade, tenha a liberação completa do financeiro de 2003 e aumento para a verba orçamentária de 2004, que podemos lutar diante do Plano Plurianual.

Essas eram as colocações que tinha a fazer. Esperamos contar com o apoio de todos nessa luta para melhorar a Saúde e a Educação da população, não só de Marília, mas de todo o Estado de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. LUDVIG HAFNER – Meu nome é Ludvig Hafner, sou vice-Diretor da Faculdade de Medicina. Inicialmente gostaria de parabenizar este Fórum, principalmente pelo apoio que temos recebido dos Deputados que atuam nessa região.

A Faculdade de Medicina de Marília é um instituto isolado dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia e não tem acesso às universidades. Dentro da Secretaria existem atualmente três institutos isolados. Um é a Faculdade de Medicina de Marília, outro é a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto e outro é a Franquil. A Franquil já está em processo de encampação pela USP. A Faculdade de Marília está, juntamente com a Faculdade de Medicina de Rio Preto, ficando um instituto isolado. Assim dificulta a conversa e o repasse das verbas.

Além disso, o nosso orçamento ano a ano vem sofrendo contingenciamento. Já encaminhamos, através do Deputado Vinícius Camarinha, o necessário para que essa instituição, que vem fazendo um belo serviço para a população, prossiga com seus procedimentos.

Portanto, agradeço a participação neste Fórum.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Vamos passar imediatamente para as perguntas. Temos aqui a pergunta do Sr. Paulo Marcondes para o Sr. Marco Aurélio Dutra, a respeito da Fanema, da Faculdade de Medicina, que já foi amplamente respondida, inclusive no pronunciamento do Deputado Vinícius Camarinha.

O Sr. Rui Albano Barbosa pergunta ao Deputado Roberto Felício: qual é a medida possível em relação ao cumprimento de contrato com a Ferroban para a reativação do transporte ferroviário da região?

O SR. ROBERTO FELÍCIO – PT – Parece que vamos entrar na fase não só de responder eventualmente às perguntas, mas também onde os deputados poderão fazer comentários sobre as questões que ouvirem e sobre quais procedimentos irão adotar.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma observação sobre a Educação. Quero dizer que basta o nobre Deputado Vinícius Camarinha ou qualquer prefeito ou vereador nos apresentar um pleito, que, de antemão, digo a vocês que, com 30 anos e meio de militância na área da Educação, tenho muita facilidade para assinar ou encaminhar algum procedimento relativo à melhoria da qualidade do ensino no nosso Estado e no nosso País.

Em segundo lugar, levantaram-se questões aqui que extrapolam bastante a esfera estadual e, sobretudo, os propósitos do que nos cabe aqui. É preciso entender os nossos limites. Isso tem o caráter de uma audiência pública, para que possamos ouvir os pleitos e encaminhá-los, no que nos cabe, enquanto deputados. É importante chamar a atenção dos senhores no sentido de que os deputados podem muita coisa e não podem outras tantas. O deputado, pela própria definição do Poder Legislativo, faz legislação, ele não executa. Cabe ao Poder Executivo executar. O deputado pode indicar, pode fazer um projeto de lei, mas quem vai executar aquilo é o Poder Executivo. Isso é de domínio público, mas é importante que eu diga isso a vocês para vermos o que está posto na seqüência. Por exemplo, é muito comum vermos um deputado reivindicando a duplicação de uma rodovia. O deputado não duplica a rodovia, ele eventualmente pede a sua duplicação. Quem vai duplicar é o Poder Executivo, seja ele Federal, Estadual ou Municipal.

Feitas estas observações, passo a responder a algumas questões. Como o Prefeito Camarinha fez uma observação não só de público, mas em particular comigo depois do uso da palavra, quero dizer que vou responder politizando o debate. Porque na verdade o Prefeito politizou o debate, o que é muito bom. Talvez devamos evitar uma partidarização do debate. Somos deputados de partidos diferentes, mas penso que, independente da orientação partidária, devemos buscar a realização do bem-estar da população. O objetivo dos 94 deputados da Assembléia Legislativa é fazer o máximo para que a população do Estado de São Paulo seja bem atendida. O nobre Deputado Sidney Beraldo e eu somos de partidos diferentes na Assembléia Legislativa, mas muitas vezes, ou freqüentemente, somamo-nos na votação de um projeto que favoreça a população.

Dizia que vou politizar para discutir as questões que foram levantadas. Por exemplo, o problema das rodovias. Num recente debate em Tupã, as pessoas nos cobravam o problema da ponte. Vocês sabem que é possível sair de São Paulo e passar para o Mato Grosso por Santa Fé, por Presidente Wenceslau, por Pereira Barreto, enfim, temos várias passagens. A Comandante está interrompida. Acho que temos que exigir do Governo Lula e do Governo Alckmin a construção da ponte, que nenhum Presidente e nenhum Governador anteriores ao Lula e ao Alckmin fizeram. É deles que temos que cobrar. Vamos exigir do Presidente da República e do Governador que façam finalmente a ponte, que vai fazer com que a Comandante João Ribeiro de Barros atravesse a fronteira do Estado de São Paulo.

Temos o problema da Transbrasiliana e acho que temos de fazer a mesma coisa. Não é de hoje que a BR 153, a Transbrasiliana, está desse jeito. Temos que exigir do Governo Lula a resolução do problema da Transbrasiliana. Isto é, que o Governo Lula faça o que nenhum presidente da república fez anteriormente. Não sei se a melhor solução é estadualizar a Transbrasiliana. Precisamos ter cuidado porque a Transbrasiliana não é uma rodovia no Estado de São Paulo. Ela vem do nordeste e atravessa todo o Brasil. Por isso se chama Transbrasiliana.

Quero também fazer alguns comentários mais de ordem geral. O Presidente Lula pediu o voto para os brasileiros. Aliás, ninguém pode reclamar de estar enfrentando situação difícil. Quem não queria enfrentar situação difícil que não fosse candidato. Mas é preciso entender que o Presidente Lula, em 1º de janeiro, pegou uma herança fantástica. Este país já estava, ele não passou a estar comprometido. O Brasil já estava comprometido com mais de 50% da sua capacidade de riqueza com dívida interna e externa. E para sermos justos e não politizarmos inadequadamente as questões, não foi uma herança do Presidente Fernando Henrique, porque ele também pegou essa herança do Governo Itamar, que também pegou do governo anterior. Sabemos que o grande agravamento da dívida externa e interna no país se deu no período da ditadura militar. Agora, todos são responsáveis, inclusive o Itamar e o Fernando Henrique, porque a dívida aumentou nesse período também.

Quando o Ministro Palocci pegou os juros a 25% ao ano e reduziu-os para 20%, ele melhorou a situação do financiamento público no país. Isso significa que neste trimestre, de

outubro, novembro e dezembro, vamos ter uma melhora no crescimento. O país vai começar a inverter a sua lógica de crescimento.

Agora, concordo com o prefeito quando diz juros altos de 20% emperram o desenvolvimento econômico. É verdade. Mas vamos entender que há nove meses os juros eram da ordem de 25%. Portanto, já houve uma redução de 20%. De 25 cair para 20% significa um redutor de 20% dos juros que tínhamos até aquele momento. Ou se quisermos fazer uma subtração simples, caiu 5%, de 25 para 20.

Aí concordando com o prefeito, o Lula tomou iniciativas que são importantíssimas. Eu me lembro quando debatia, e debati muito no Estado de São Paulo a municipalização do ensino, e os nossos prefeitos aqui presentes sabem disso, constatamos que o elo mais frágil da organização política do estado brasileiro são justamente os municípios, onde, como dizia o Montoro, aqui já lembrado, vivem as pessoas.

Vocês sabem que, grosso modo, 31% da arrecadação de tributos no país ficam nas mãos do Governo Federal? Vocês sabiam que, grosso modo, 46% dos tributos ficam nas mãos dos governadores? E vocês sabiam que apenas 23% aproximadamente dos tributos ficam na mão de todos os prefeitos, isto é, vocês sabiam que os 645 prefeitos do Estado de São Paulo têm nas mãos aproximadamente apenas metade dos recursos tributários que possui o Governador Geraldo Alckmin sozinho?

Estou falando Geraldo Alckmin porque é o atual governador, mas isso já era no tempo do Fleury, no tempo do Quéricia, quer dizer, essa distorção tributária no país vem de longe. Por isso ao se pensar uma reforma tributária no país temos que pensar nisso também. Isso vai ser o segundo passo. O Governo Lula não está cuidando desse problema ainda neste momento. Estamos numa reforma que evita acabar um pouco com a chamada guerra fiscal. Ela é ainda uma reforma tímida. Vamos ter que fazer outras reformas, não só a tributária mas, sobretudo, reforma tributária. Não é imaginável que continuemos nesse patamar.

Não sei se vocês sabem que na Suécia é ao contrário. Como lá é uma república que não tem províncias, é um estado mais simples e menor, 30% dos recursos ficam na mão do governo central e 70% ficam nas mãos dos municípios. No debate de municipalização eu dizia também que não é mais possível que este país continue tendo criança fora da escola, professores mal pagos, funcionários mal remunerados, de um modo geral, e fique

comprando armas num país que não está sob ameaça de intervenção, não vive numa região bélica do planeta, não vive numa região em conflitos. O Brasil não está sob ameaça de invasão da Bolívia, tampouco do Paraguai, tampouco da Argentina. Não havia mais motivos para se continuar comprando caças supersônicos para fazer guerra, e com quem? A única potência que é capaz de invadir um país como o Brasil são os Estados Unidos, mas duvido que eles queiram. Mas aí não seriam seis caças a mais, ou uma belonave a mais, porta-aviões que iriam impedir a maior potência militar do mundo. Não acredito que invadiriam o Brasil. Ocupação militar do Iraque é uma coisa. No caso do Brasil a opção sempre foi pela via do colonialismo, quer dizer, subornar a autoridade local para conseguir as coisas. Até os romanos já tinham inventado isso. O Império Romano fez isso também de subornar a autoridade local. Portanto os americanos nem estão inventando coisa muito nova.

Mas estou querendo dizer com isso que não tenho nenhuma divergência com a necessidade da cobrança e com a necessidade das mudanças que precisam ser feitas. O que não acho, por exemplo, é que é justa a grita dos prefeitos – acho justa a grita –, mas não acho justa a grita dos prefeitos contra o Governo Lula, porque a guerra fiscal não foi inventada a partir de janeiro de 2003. As distorções da arrecadação de tributos não foram inventadas em 2003. Minha cidade, Jaú, também era, como disse o prefeito Camarinha, aqui, uma terra de pés vermelhos. Jaú é terra roxa. E também só produzia café. Lá é praticamente cana-de-açúcar. Todo o café foi substituído por cana-de-açúcar.

Pode até parecer contraditório um membro do PT, deputado, como é o meu caso, aqui estar mais em consonância com o discurso de um empresário do que eventualmente com outros. Ele falou uma coisa muito interessante: precisamos fazer isso, e haveremos de fazer essa mudança importante no país, que é mudar o perfil da qualidade do imposto no Brasil, porque vocês sabem também que os mais pobres pagam proporcionalmente mais imposto. Por exemplo, o trabalhador que ganha cinco mil reais não tem como sonegar ao imposto de renda, mas há grandes banqueiros no país que sonegam imposto de renda, e vocês sabem disso.

Para concluir, diria que concordo com o empresário quando ele faz referência ao fato de que se deixarmos mais dinheiro nas mãos das pessoas para poderem comprar mais vamos fomentar muito a economia, porque aí a indústria produz mais porque tem mais

gente para comprar mais, arrecada-se mais impostos. Com mais impostos podemos oferecer educação, saúde, saneamento básico, enfim, serviços públicos de melhor qualidade.

É evidente que não poderia ter a intenção de esgotar e sobretudo responder todas as questões aqui levantadas, mas quero dizer para vocês que anotei. Podemos nos comunicar atualmente através de instrumentos eletrônicos e quero dizer que com todas as anotações aqui vou discutir as questões. Quero ter a oportunidade, evidentemente se for do desejo dele, penso será, Deputado Camarinha e dos demais deputados que atuam na região, no sentido de que apresentemos propostas que venham favorecer também o desenvolvimento desta importante região.

É evidente que todo mundo tem que entender o seguinte: às vezes temos uma propensão maior para falar de nossos problemas e de nossas necessidades, exatamente para podermos cobrar. Aquilo que já está resolvido e já é bom não precisamos cobrar mais solução. Temos uma tendência a nos queixarmos do que não foi resolvido ainda. Mas quero dizer que tenho bastante concordância e, sobretudo, com o que há de positivo nessa região.

Eu me lembro de Marília nos tempos em que estudei em Bauru, quando fiz a universidade na passagem da década de 60 para 70, era uma cidade que tinha aproximadamente 100 mil habitantes, talvez até um pouco menos. A cidade de Jaú onde residi então tinha a metade da população que tem hoje. Hoje chega a 110 mil. Tivemos um desenvolvimento importante nessa região, mas é claro que temos também carências importantes para serem superadas.

Peço desculpa por ter abusado um pouco do tempo e deixo aqui mais uma vez um grande abraço e me colocando sempre à disposição de todos os moradores da cidade de Marília e da região aqui de Assis, as cidades todas que foram citadas.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Dado que estamos com o tempo já esgotado, gostaria de perguntar a alguém da Mesa se teria alguma consideração a fazer e depois vou passar só uma pergunta ao Deputado Beraldo para que ele, em seguida, responda.

Prefeito Camarinha, por favor.

O SR. ABELARDO CAMARINHA – Encerro aqui também a minha participação agradecendo ao Beraldo, a toda sua equipe a oportunidade de colocar na TV Assembléia, na TV Cultura os problemas da nossa região e dizer a todos os prefeitos aqui e ao Deputado Felício que jamais seremos injustos nas cobranças que estamos fazendo.

O que tem que se pontuar bem é que no mês de julho de 2003 a União arrecadou 22 bilhões de reais e os municípios tiveram uma queda de 42% no FTM. Então não podemos deixar isso passar esquecido, apagarmos no computador. Neste ano os municípios sofreram demais já com a arrecadação em andamento, com o programa da Lei de Responsabilidade Fiscal, com os nossos orçamentos prontos. Estive com o Aldo Rebelo e ele disse: prefeito, diminuimos em 42% o repasse. Tem aqui um prefeito que pode dizer o quanto caiu em Assis o FTM, um milhão de reais. Marília perdeu três milhões em três meses. E a União manteve a arrecadação. E aí o Aldo Rebelo disse o seguinte: fizemos a devolução do imposto de renda.

Eu fiz a réplica, só para esclarecer disse: líder, no ano passado houve a devolução do imposto de renda? Ele falou que sim. No ano passado não teve essa queda.

Então os prefeitos estão reclamando de uma coisa real...

O SR. ABELARDO CAMARINHA – Temos convicção dos problemas que o Governo Federal enfrenta e enfrentará. Mas só que até lá temos que, pelo menos, corresponder ao orçamento, porque, além da responsabilidade legal, vai pegar o Prefeito de Assis, de Marília, de Lupércio, em decorrência das despesas terem aumentado – energia, telefone, remédio –, de terem sido dolarizados os preços das tarifas. Quando o dólar chegou a R\$ 3,70, a energia e o remédio subiram. Quando o dólar veio para R\$ 2,80, não houve a desoneração da indexação. Então, isso causou grandes problemas para o município.

O sentido da minha crítica é construtivo. As prefeituras vão sofrer muito, muito, muito. Fiz esse pedido pessoal ao Aldo, que esteve em todas as minhas campanhas de prefeito. Ele veio nos ajudar e tenho uma certa liberdade. Dr. Aldo, os municípios estão sendo muito penalizados com esse superávit primário. Essa é a questão que temos que abordar.

Quero agradecer a oportunidade, Deputado Beraldo, e dizer que os municípios têm que ser prestigiados. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – As considerações do Prefeito Camarinha respondem, inclusive, à pergunta do Sr. Roberto Monteiro, da Câmara Municipal, referente à diminuição da participação dos municípios no orçamento da União.

Vou fazer uma única pergunta ao Deputado Sidney Beraldo, de Laerte Rosseto, da Prefeitura – se é que esse nome está correto. Ele pergunta o seguinte: Hoje, aconteceram aqui discussões e propostas. Como o trabalho vai continuar? E o Deputado Sidney Beraldo, respondendo a essa pergunta, fará o encerramento da reunião.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERVALDO – PSDB – Vai continuar na medida em que este Fórum é permanente – não será um Fórum que se limitará a fazer algumas reuniões – e através de uma interação dos Deputados com o Conselho. Por isso, gostaria de insistir na região. Temos o Deputado Camarinha, que vai nos auxiliar nisso. Temos que ter um consenso sobre uma entidade regional que contemple e que tenha legitimidade na região para fazer parte do nosso Conselho. Temos esse Conselho Deliberativo, que é para que a própria sociedade organizada possa acompanhar e avaliar as ações que a Assembléia tem e terá com cada assunto que for considerado uma prioridade regional.

De que forma vamos fazer isso? Temos um Deputado que atua na região, que representa a Assembléia Legislativa, que é vice-Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle. E como vice-Presidente, ele também fará parte do Conselho, como Deputado. E aí a interação através dessa entidade. Insisto em que seja construída uma entidade na região, que vai fazer parte do nosso Conselho, porque todos os assuntos da região estarão sendo pautados e acompanhados. Esse é o modelo a partir do qual constituímos o nosso Fórum, para que pudéssemos ter um acompanhamento e uma avaliação das ações.

É natural que haja assuntos, como disse o Deputado Roberto Felício, que não farão parte da discussão do Fórum, mas nós, como Deputados, estaremos fazendo o acompanhamento. O Fórum terá uma pauta específica com relação à questão de desenvolvimento econômico sustentado e irá construir uma agenda, com o apoio técnico do Instituto de Economia da Unicamp. A equipe técnica, que montamos na Assembléia, irá produzir essa agenda de ações para fazermos o acompanhamento de tudo o que foi

levantado aqui e considerado como prioridade. Insisto na criação dessa entidade, que tenha legitimidade, para que possamos nomeá-la como membro do nosso Conselho.

Ao encerrar este 5º encontro, quero, mais uma vez, agradecer muito a participação de todos. Saímos daqui mais enriquecidos, com informações e dados, para que possamos tomar decisões mais concretas. Diz o Governador Geraldo Alckmin que, quando ouvimos, erramos menos. Sempre erramos, mas quando ouvimos mais, erramos menos. Por isso, saímos daqui bastante enriquecidos.

Agradeço a presença de todos, especialmente esta dupla de Camarinhas, pai e filho. Sem dúvida, são duas lideranças de toda a região. O Camarinha pai foi vereador, prefeito, juntos fomos deputados, na liderança forte da região que agora tem lá o seu filho, o Deputado mais jovem, que tem uma carreira brilhante. É importante que cada região, além dos representantes temáticos, que todas têm, tenham uma liderança específica, porque assim os assuntos e as demandas da região estarão sendo lembrados na Assembléia Legislativa e no Governo do Estado.

Faço duas observações. Primeira: a questão da micro e pequena empresa, que foi colocada aqui, terá um papel e um destaque importante para nós. Participamos no SEBRAE – um parceiro muito estreito – desse seminário. Estamos apoiando o Simples geral, que foi uma emenda que considero muito importante para facilitar e desburocratizar a vida da pequena e média empresa, que é aquela que gera mais emprego. Ninguém pensa em desenvolvimento econômico sem pensar na micro e pequena empresa. Daremos uma atenção especial a isso, não só na questão tributária, mas também na questão do crédito. Estamos apoiando a criação da Agência de Fomento, que o Estado já criou, e agora falta regulamentar. Nessa Agência de Fomento, tem uma coisa importante: o fundo de aval. Foi colocada aqui a importância que o crédito tem, o microcrédito, para a questão das microempresas. A maioria das microempresas não tem garantia para dar. Por isso, o fundo de aval do Estado vai ser o garantidor, com os recursos dos fundos que administra. Já estamos na fase de regulamentação, através de lei, desse fundo de aval.

O Prefeito de Assis apresentou uma preocupação com relação à questão tecnológica. Recebemos o documento deste dolo (?) tecnológico da região de Assis. Temos uma preocupação muito grande. Aliás, quando criamos esse Fórum, uma das convicções que tínhamos em que poderíamos ter sucesso era na questão de termos uma aproximação maior

do conhecimento e da produção de tecnologia aplicada, para que ela promova a chamada inovação, porque é só aí que vamos agregar valor aos nossos produtos e gerar riqueza.

Temos em São Paulo três universidades de excelência; temos 19 institutos de pesquisa; temos a Fapesp. Todos esses organismos e essas entidades estão voltados para a produção de conhecimentos e de tecnologia. O trabalho que a Fapesp desenvolveu nesses últimos anos é extraordinário. Queremos também promover esse encontro da academia, daqueles que produzem o conhecimento, com o setor produtivo para que possamos encurtar o prazo de aplicação desse conhecimento. Uma iniciativa como essa vai ao encontro daquilo que pensamos. Sem tecnologia, sem pesquisa, não teremos desenvolvimento econômico sustentado. Assim, esses assuntos vão merecer a nossa atenção, inclusive, muitas questões aqui colocadas, talvez, aproveitem recursos já existentes, parcerias com a Fapesp. Quem sabe poderemos contribuir com vocês nessa ação.

Para encerrar, a questão do projeto de cobrança pelo uso da água. Fomos aqui questionados, com diversas perguntas. Estamos na posição de votar isso o mais rapidamente. É natural: toda vez que há uma cobrança nova, há uma preocupação. A população se assusta quando se fala em cobrar mais alguma coisa porque já temos muitos impostos. É uma preocupação, mas entendemos da necessidade para que tenhamos um sistema de financiamento para a recuperação dos nossos mananciais, para fazer frente à questão do saneamento básico. Isso é importante. Estamos ainda em discussão sobre o valor que fica em cada bacia, se o Estado vai administrar algum percentual, e é essa a grande dificuldade para votarmos o projeto. Estamos caminhando para o finalmente e deveremos votá-lo o mais rápido possível.

Agradeço a presença de todos. Muito obrigado! Saio daqui animado com o potencial que tem esta região e com muitas coisas que poderemos construir juntos.

Muito obrigado! (Palmas.)